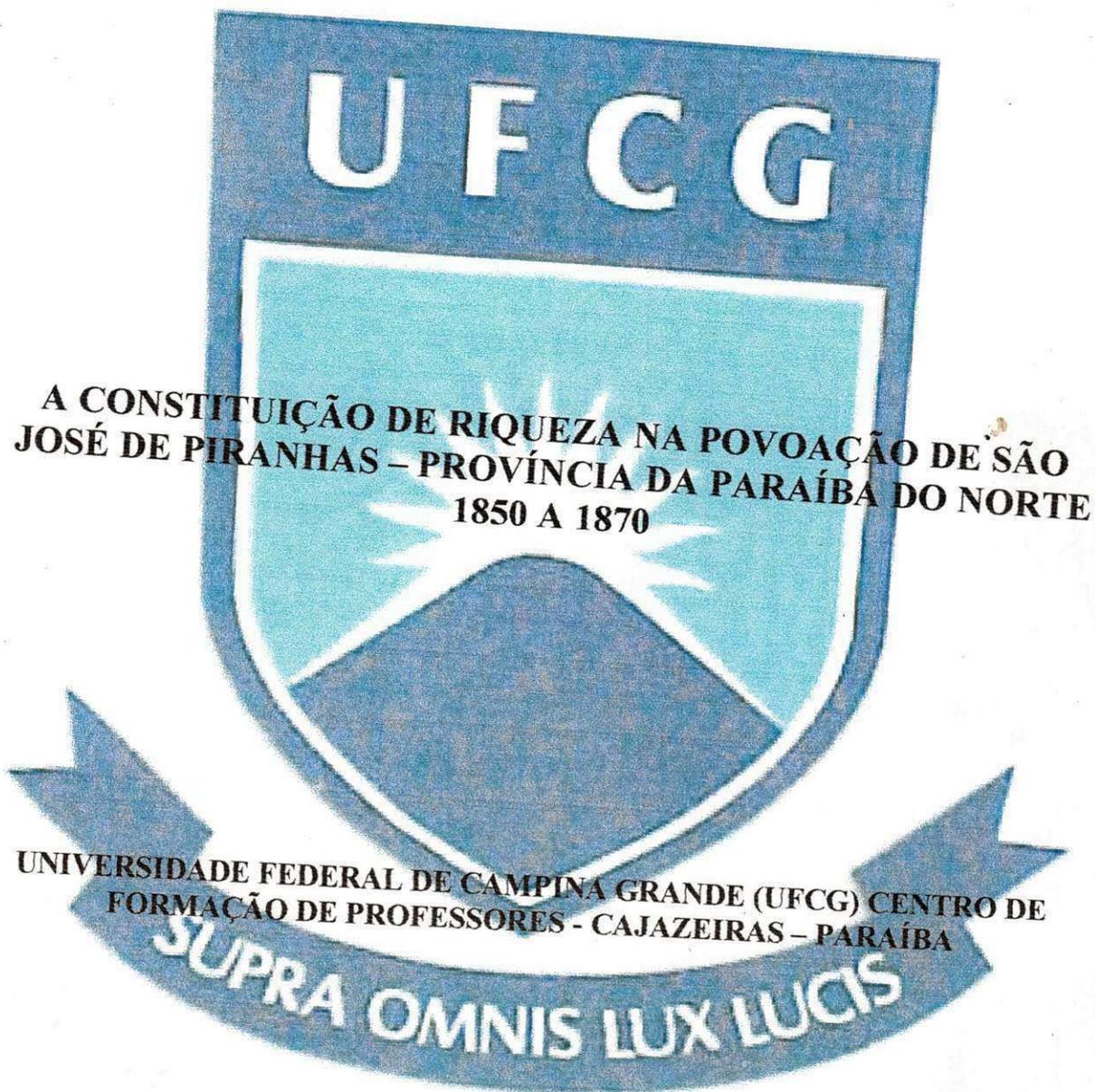


JOSÉ LUIZ DA SILVA



CAJAZEIRAS - PARAÍBA

FEDERAL
CENTRO DE
PROFESSORES
CAJ
1004

JOSÉ LUIZ DA SILVA

**A CONSTITUIÇÃO DE RIQUEZA NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DE
PIRANHAS – PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE – 1850 A 1870**

Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de especialista em Teoria e Metodologia do Ensino da História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, ao Departamento de História do Centro de Formação de Professores, Cajazeiras sob a orientação do Professor Doutor Osmar Luiz.

CAJAZEIRAS – PARAÍBA
2005



S586c Silva, José Luiz da.
A constituição de riqueza na povoação de São José de Piranhas - província da Paraíba do Norte 185 a 1870 / José Luiz da Silva. - Cajazeiras, 2005.
67p.

Não disponível em CD.
Monografia(Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2005.
Contém Bibliografia.

1. História - Paraíba - São José de Piranhas. 2. Brasil - ocupação da terra. 3. Povoação - São José de Piranhas - Paraíba. 4. Desenvolvimento Econômico. I. Luiz, Osmar. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 94(813.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia apresentada e aprovada pela Banca Examinadora.

Cajazeiras-Paraíba, _____ / _____ 2005

Orientador: _____
Prof. Doutor Osmar Luis

Examinadores: _____
Prof. Doutor.

Prof. Mestre.

DEDICANDO

À minha esposa, Maria Leite, às minhas filhas: Cícera e Silvana e ao meu genro Ivan por ter tentado me compreender nos momentos mais difíceis de estudo e elaboração deste trabalho.

À E.E.E.F.M. Prof. Joaquim Lacerda Leite, por ter contribuído para que este trabalho fosse realizado.

AGRADECIMENTOS

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

A Deus, fonte de inspiração que me deu forças na hora do desânimo e inteligência quando me sentia incapaz.

Aos meus pais Miguel Luiz e Maria da Silva, que sempre acreditaram na minha capacidade de desenvolver este trabalho.

Ao professor e orientador Osmar Luiz pela compreensão, dedicação e incentivo, esclarecendo-me, com suas orientações, o quanto essencial.

A Francinaldo Bandeira, coordenadora do curso de Teoria e Metodologia do Ensino da História.

À Socorro Caldeira, pela forma gentil como soube nos acolher nas horas mais difíceis.

Aos demais colegas do curso pela dedicação e presteza com que sempre nos acolheu, em especial a Marlene amiga de todas as horas.

A Arão Costa Miguel funcionário do Fórum, pela forma sempre carinhosa como me recebeu.

À Suzy pela correção dos resumos de alguns capítulos deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo	I
Abstract	II
Considerações Iniciais.....	11
Capítulo I – Norte: invasão, expansão e exploração territorial na povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte – 1850 a 1870.....	17
Capítulo II – Topografia da Povoação: os inventários.....	30
Capítulo III – A Terra e o Gado como Constituição de Riqueza de Poderosos Senhores desta Povoação.....	39
Capítulo IV – A Terra na Formação Histórica da Povoação.....	55
Considerações Finais.....	64
Referências.....	66

RESUMO

O trabalho realizado na Especialização de Teoria e Metodologia do Ensino da História tendo como Tema: **“A Constituição de Riqueza na Povoação de São José de Piranhas-Paraíba do Norte”**, foi pesquisado em fontes primárias e secundárias, obedecendo a um recorte temporal que vai de 1850 a 1870; procura expor de forma clara o processo de ocupação da terra por Portugal no Brasil, começando pelo litoral, através do plantio da cana-de-açúcar e posteriormente sua expansão para o interior pelas bandeiras que exerceram papel importante na expansão territorial brasileira. Esse processo de expansão está citado nos cinco (5) movimentos registrado por Capistrano de Abreu. O processo de ocupação do interior do Brasil ocorre via dois fatores de fundamental importância a terra e gado. O primeiro é objeto de estudo desta pesquisa: procura através de inventários, mostrar sua importância econômica diante dos demais. A criação de gado não teria se expandido se não fossem os investimentos realizados em grandes propriedades por todo este interior. Durante a expansão ocorre o processo de exploração do sertão paraibano, que segundo Teodósio de Oliveira Ledo se dá a ocupação do Piancó, de onde partem fazendeiros, que através do Rio Piancó e Piranhas, por Francisco Xavier de Miranda compra uma fazenda de gado na Povoação, abrindo espaço para muitos outros, que vendo seu sucesso passam a ampliar seus interesses econômicos, comprando fazendas na região. Os investimentos foram importantes à medida que muitos fazendeiros “ricos” contribuíram para seu crescimento pessoal e da Povoação. Isso foi comprovado através dos inventários, que mostram o crescente valor da propriedade. É importante destacar que fazendeiros, mediante seu bem sucedido investimento, chegam a ser reconhecido por “Major”: é o caso de Manuel João de Miranda. Sem dúvida, o título de “major” além de facilitar o contato com outros proprietários poderosos da região, influenciou na hora da negociação de sua boiada de gado para compradores que freqüentavam a Povoação,

além do respeito que conquistou perante os demais. Os investidores tornaram-se porta-vozes do crescimento, visto que fazendeiros de Sousa também resolvem aplicar parte de seus capitais nesta região. É neste processo de exploração que tem início a história desta Povoação.

Este trabalho ganha importância à medida que fornece condições a pesquisadores em comparar os dados apresentados com os já existentes, fazendo um paralelo entre a história tradicional e a crítica. Este trabalho tem como objetivo incentivar “novos” pesquisadores no sentido de buscarem fontes que os levem a reescrever a história, por isso não se constituirá num único trabalho desse gênero e que será ampliado a partir de questionamentos levantados em exposições realizadas em escolas do município.

ABSTRACT

This work is a result of a research in Especialization course in “Teoria e Metodologia do Ensino da História”. Its theme is “The making of richness of the population of São José de Piranhas County”, in Paraíba do Norte. This research used primary and seconcodary sources from 1850 a 1870. It tries to show in a clear way the process of occupation of the land by Portugal in Brazil, starting from the coast by planting sugarcane, and later, its expansion to the countryside which was extremely important in the expansion of territory in Brazil. This process is cited in five (5) movements by Capistrano de Abreu, who declared that two factors were necessary in the process of ocupation of the Brazilian coutryside: the land and the cattle. The first one is the object of study of this research which tries through inventory to show its economic importance over, for exemple, cattle which could not have expanded had not great investiments been made in big farms all over the countryside. It is this expansion that the process of exploration of the “sertão” in Paraíba occurs with Teodósio de Oliveira Ledo who occupies the “Piancó”, the place where farmers used to leave through both rivers “Piancó” and “Piranhas”. Francisco Xavier de Miranda buys a cattle farm, opening opportunity for many who seeing his success, started to enlarge their economic interest buying farms in the region. These investiments were important since many “rich” farms contributed to their personal growth and that of the region. This has been proved through inventory which show the growing value that each property gets; it is important to mention that these farmers through their successful investment became known as “Major”, like Manuel João de Miranda. Doubtless, this title besides facilitating contact with buyers, and it gave him respect. These buyers became spokesperson of this growth, since farmers of Souza decided to invest in that region. It is the process of exploration that starts the history of that country.

This work becomes important because it gives condition to the reader to compare it with data already known, so he/she can make a parallel between the traditional history and the critical one. This resource contributes in a significant way in order to “new” productions give opportunity to the reader select what has been produced about the history of our county. This work has the objective of stimulating “new” researchers to look for sources that can help them to write about their own history. Due to that, it is not the only work in this genre and it can be enlarged by questions made in exhibitions in the country schools.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A necessidade de reconstituir a história da Povoação de São José de Piranhas, nos leva a pesquisar fontes primárias e secundárias que fornecem subsídios para a construção da narrativa que originou esta Monografia sobre **A Constituição de Riquezas da Povoação de São José de Piranhas - Província da Paraíba do Norte**, que vai de 1850 a 1870. Essa produção textual faz um levantamento da Constituição de Riquezas em dez (10) Inventários de terra e gado que se tornaram importante na formação histórica e econômica desta Povoação, constituindo numa das primeiras produções desse gênero. A forma como é construída essa narrativa permite fazer uma análise entre os trabalhos realizados por historiadores que escreveram sobre diversos temas ligados a história da localidade, objeto da pesquisa. permitirá uma definição sobre cada produção historiográfica e obedecerá ao seguinte critério: história tradicional ou crítica e o papel que exerce cada uma na formação desse pesquisador. O contato com a vasta produção torna-se importante à medida que deverá partir do presente/passado/presente, como forma de entender o papel que exerceram as transformações. A Monografia está dividida da seguinte maneira: Capítulo I – Norte: invasão e exploração territorial – a Povoação de São José de Piranhas – 1850 a 1870; Capítulo II – Topografia da Povoação: os inventários; Capítulo III – O Gado e a terra como constituição de riqueza de poderosos senhores desta Povoação; Capítulo IV – A Terra na formação histórica da Povoação.

O Capítulo I destaca que a divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias dependeu de uma decisão política de Portugal. Define o interesse daquela nação sobre

o Brasil e concentra-se nas primeiras décadas do século XVI ao longo da área que facilitaria a troca e o comércio de mercadorias com outros povos. Por outro lado, constata-se que essa mesma área, rica em pau-brasil, atraiu franceses e ingleses que não reconhecendo legitimidade no Tratado de Tordesilhas, realizado entre Portugal e Espanha, mantém comércio de escambo com os índios que se transformaram em mão-de-obra. Essa mão-de-obra cortava e armazenava, nas feitorias a mercadoria, que levada para a Europa, era utilizada na tinturaria e fabricação de móveis. O litoral foi a primeira área do Brasil a ser ocupada por europeus. Ai florescem os primeiros núcleos de povoamento que se ampliam com o latifúndio monocultor. A cana-de-açúcar é a cultura responsável não só pela ocupação da área como pelo surgimento dos primeiros engenhos que iriam produzir o açúcar vendido na Europa; contribuiu para sanar parte das despesas portuguesas. O interesse de Portugal em ampliar o plantio da cana-de-açúcar e, conseqüentemente sua produção, levou os paulistas a serem os primeiros a adentrarem o sertão à procura de índios que, vendidos aos senhores de engenhos foram os primeiros a serem utilizados como mão-de-obra escrava. Além desse movimento, outros como o da Bahia pela *“margem direita do Rio São Francisco e pelas ribeiras do rio das velhas (hoje território mineiro), das Rãs, Verde, Paramirim, Jacuípe, Itapicuru, Real, Vasa-Barris e Sergipe sertão de dentro e Pernambuco sertão de fora pela margem esquerda do Rio São Francisco [...] Paraíba do Norte, Piranhas-Açu [...] Era um mundo que se estendia desde Olinda, a leste, até a fronteira do Maranhão”, a oeste*”(ANDRADE, 1986: 150); são responsáveis pela exploração do Norte Agrário, que tem no gado sua principal fonte de expansão territorial e econômica. O período que antecede a Lei de Terra (1850) é marcado pela distribuição de sesmarias a pessoas de confiança dos governadores das províncias. Um dos principais sesmeiros foi Garcia D'Ávila que para adquiri-la gastou apenas tinta e papel. Seu poderio se estendeu desde a Bahia até o Maranhão. Antonio e Teodósio de Oliveira Ledo, pelo que se tem conhecimento são os primeiros sesmeiros da Província da Paraíba do Norte, a

ocuparem o sertão pelo leste; outras entradas vindas do Sul ocuparam o alto curso do Rio Piranhas e a bacia do Rio do Peixe, enquanto que a baiana e paulista atingiam as áreas drenadas pelos rios Piancó e Piranhas. Como se vê são essas entradas responsáveis pela exploração do sertão; Têm em Francisco Xavier de Miranda, em 1761, o primeiro a adquirir em leilão uma fazenda de gado no sítio São José, que explorada por ele e por outros, dá origem a Povoação de São José de Piranhas - Província da Paraíba do Norte. O período que precede a Lei de Terras (1850) é marcado pelo monopólio sobre a terra de ricos senhores que dispunha de capital suficiente para adquiri-la, como é sabida a maioria da mão-de-obra brasileira durante todo o período Colonial e Imperial foi predominantemente de índios, escravos e trabalhadores camponeses, tendo os últimos gozado de situação diferente dos anteriores pois sendo trabalhadores livres, poderiam mudar constantemente de patrões. Essa situação de dependência os colocou distante da posse da terra, o que coube especificamente aos senhores de engenho, criadores de gado e posteriormente aos barões do café. Eis o quadro de desenvolvimento econômico do Brasil, que contribuiu para ampliar o número de pobres, constantemente afligido pelas freqüentes secas que assolavam o sertão prejudicando a criação de gado e a população que saiam em busca de melhores condições de vida em povoados e vilas próximas. Entretanto é possível afirmar que essa situação não impediu a expansão das fazendas de gado no sertão, pois muitos foram os investimentos nessa área o que possibilitaram elevação do preço da terra, limitando o número de compradores. Vale salientar: a expansão da região esta ligada à exploração da terra e criação de gado, que gordo era vendido em centros litorâneos como Salvador e Olinda. O dinheiro da venda era reinvestido na compra de mais terra e mais gado. O binômio terra/gado foi importante à medida que constituiu a base da economia da Povoação. Alguns donos de terra e gado se tornaram conhecidos não só na Povoação, mas em toda a província, o que contribuiu para serem conhecidos como “Major” e “Coronel”, patentes fornecidas a grandes proprietários durante o

Império brasileiro. Inegavelmente os homens “ricos” da Povoação exerceram papel importante no seu desenvolvimento econômico, quando foram capaz de ampliar a compra e venda de terra e gado, investimento esse que ultrapassou fronteira. Fica evidente o papel que a terra exerceu, não só como espaço capaz de fornecer o capim de engorda, mas também responsável pela criação de caprinos. Fica também evidente o papel que exerceu a cultura de subsistência como economia secundária à do gado responsável por alimentar os habitantes da Povoação, que, em anos de inverno produzia em excesso que e vendia na própria localidade.

O Capítulo II é o momento da construção da narrativa. Através dos Inventários nos fornece subsídios importantes para o entendimento do crescimento econômico da Povoação de São José de Piranhas - Província da Paraíba do Norte. A partir da valorização da terra se tornou importante como fonte geradora de riquezas a todos que entenderam ser o Norte Agrário uma região capaz de torná-los grandes proprietários de terra e criadores de gado. Esses Inventários são a fonte que nos forneceu os valores de custo no período em estudo (1850 a 1870), da terra, do gado e do escravo. Os dados foram indispensáveis para verificar o crescimento de cada um no mercado. O que se pode colher das pesquisas foi justamente a valorização da terra sobre os demais, visto que não seria possível criar gado sem a terra. Essa vinculação foi favorecendo a expansão das fazendas na região, o que contribuiu para o crescimento econômico e populacional. Os valores encontrados nos inventários comprovam: foram muitos os investimentos realizados por fazendeiros que viam na região um espaço capaz de expandir seus negócios. Portanto o crescimento dessa Povoação está alicerçado em muitas famílias que aqui se estabeleceram e fizeram crescer sítios. Importante mencionar algumas: Manuel João de Miranda, Ana Martins de Oliveira, Manoel Martins de Oliveira, Joaquim Ferreira da Silva, João de Sousa Ferráz e Maria Pereira de Jesus etc. O crescimento foi pautado na exploração de mão – de – obra escrava e livre sendo a primeira utilizada na cultura de subsistência e a

segunda na criação de gado. Graças à escassez e valor do escravo no mercado, seus donos não pretendiam deixá-los por conta do gado semanas inteiras com medo de fuga. Isso era feito livremente pelos trabalhadores livres. Mesmo diante dos altos preços não havia como investir em novos escravos, em virtude de Leis Imperiais proibitivas do tráfico de escravos, o que mantinha limitado o seu número nas fazendas. O mesmo não ocorreu com a terra que a partir da Lei de terras - 1850, abre espaço para todo aquele que pudesse adquiri-la no mercado. E como não houve nenhum empecilho á compra da terra seria fácil sua movimentação entre compradores e vendedores, principalmente numa região em que os fazendeiros tornaram a terra uma fonte de constituição de riquezas entre pessoas de posse.

O capítulo III procura mostrar as dificuldades enfrentadas por índios, negros e camponeses livres na luta pela obtenção da terra, o que não ocorreu com aquele que, dispondo de privilégio econômico, tinham facilitada sua aquisição a partir da Lei de Terra. A desigualdade na distribuição de renda contribuiu para ampliar os problemas sociais já existentes no país e conseqüentemente prejudicar o desenvolvimento econômico. Esse quadro marca decisivamente a reconstituição histórica desta Povoação, através de pesquisas realizadas em fontes primárias. Os inventários forneceram subsídios, que nos levam a entender que nesta região a posse da terra recaiu sobre aqueles que dispunham de condições para adquiri-la. À proporção que se ampliaram os investimentos sobre a terra passa a existir uma super valorização sobre ela, principalmente para os que pretendiam criar ou ampliar a criação de gado, o que fez dessa pólo de atração de investidores de outros centros comerciais, tornando-os homens “ricos” e poderosos. Isso contribuiu para o crescimento de famílias, que vinculadas à terra conseguiram se projetar economicamente, tornando-as respeitadas diante dos demais que a ocupavam e dos que viriam a ocupá-la, exercendo papel de liderança na Povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte.

As tabelas apresentadas fornecem subsídios que nos levam a entender a importância de cada Inventário na construção da narrativa, ao apresentar dados para uma melhor compreensão da distribuição dos bens reais e semoventes, bem como seus respectivos valores.

O capítulo IV procura, através de comparações com dados extraídos dos inventários, apresentar facilidades de se montar uma fazenda de gado em detrimento de uma de escravos, isso em virtude do seu elevado preço, no mercado, a partir do tráfico interprovincial. Fica claro que, os maiores investimentos realizados no Norte Agrário estiveram subordinados à terra e a criação de gado responsável pelo crescimento econômico da região, a partir de seus ocupantes - os fazendeiros - que exerceram papel importante no desenvolvimento econômico da região. Foi assim a terra fonte permanente de constituição de riqueza de muitos fazendeiros na Povoação de São José de Piranhas - Província da Paraíba do Norte. Este trabalho defende a tese da resistência e da importância que exerceu a terra diante das muitas fontes que foram capazes de promover o enriquecimento de muitos e da Povoação que mais tarde se tornaria cidade.

CAPÍTULO I

1 - NORTE: INVASÃO, EXPANSÃO E EXPLORAÇÃO TERRITORIAL NA POVOAÇÃO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE - 1850 A 1870.

No início da década de 30, do século XVI a *decisão política* (ver Furtado, 1997:6) de colonizar o Brasil levou Portugal a dividir as terras brasileiras em Capitânicas Hereditárias, divisão feita no sentido litoral/sertão. Em experiências anteriores Portugal que ocupando os espaços litorâneos desenvolve a exploração dessa área como rede de trocas e comércio fazendo com que sediasse originalmente o desenvolvimento de todo processo colonizador. No caso brasileiro, temos inicialmente a ocupação da planície pernambucana e do recôncavo baiano que estruturaram pouco a pouco o sistema de **Plantation** conforme analisou Caio Prado Júnior (1987). Essas áreas possuíam, em quantidade e qualidade, o pau-brasil muito cobiçado pelos franceses. Foi nela onde se desenvolveram as primeiras atividades econômicas, como a cana-de-açúcar e a criação de gado, dividindo espaços posteriormente, ocupados por vilas e cidades. O interesse econômico pelo litoral afetou seus primeiros habitantes. Os índios, nessa disputa desigual, tiveram que abandoná-lo para não serem totalmente exterminados, excluídos dessa área o que os levou a disputar espaço com outros, sertão adentro.

Como se sabe, Portugal, para sanear suas despesas, precisava de um produto. O açúcar, “[seu] *fornecimento era contudo tão reduzido que [...] se vendia em boticas, pesado aos gramas*” (JÚNIOR, 1987:32); sua escassez elevou seu preço

definindo que segmentos da sociedade poderia adquiri-lo no caso, quem dispunha de dinheiro: a nobreza européia. Nossas primeiras “fábricas”, os engenhos, são responsáveis pelo interesse dos portugueses em manter parceria com os holandeses no financiamento de novas áreas para o plantio de cana-de-açúcar, instalação de novos engenhos e de seus consertos responsáveis pela grande quantidade de açúcar que levou o Brasil a portos europeus. Esse foi um período de estruturação dessa economia da Região Norte, hoje conhecida como Nordeste¹, no que diz respeito, aos lucros obtidos por portugueses e holandeses no comércio do açúcar.

A colonização não ficaria restrita ao litoral. Pela necessidade de o homem branco se embrenhar pelo interior no apresamento do índio e a procura das serras resplandecentes onde se encontravam os cobiçados ouro e prata. Sem dúvida, São Paulo desempenhou papel importante como centro irradiador do primeiro movimento; parte da Capitania de São Vicente e ocupa o Planalto de Piratininga explorando o sertão: são as bandeiras.

Conforme Capistrano de Abreu, a ocupação do interior do Brasil ocorreu através de cinco (5) movimentos, que através do “*Planalto de Piratininga [...] encontrou o Paraíba, encaixada entre a Serra do mar e da Mantiqueira, apontado para o Norte. Para o Sul estendiam-se vastos descampados [...] Bento Maciel abriu caminho para o Maranhão, ligando talvez o rio Capim ao Pindaré [...] Sertão de Dentro; a Bahia ocupava os sertões de dentro pela margem direita do Rio São Francisco[...] Sertão de Fora; Pernambuco ocupa a margem esquerda do Rio São Francisco e os vales do rios Preto [...] Minas Gerais, outros centros foram o rio das Mortes nas proximidades de São João de El-Rei [...]*” (1998:107-50). Assim o litoral se ligou por diversos caminhos, ao sertão brasileiro. Sendo os mesmos parcialmente,

¹ A designação da região Nordeste a qual conhecemos hoje surge na “paisagem imaginária” do país, no final da primeira década do século XX, substituindo a divisão regional do país entre Norte e Sul. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como relação à sensibilidade de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados.

responsáveis pela ocupação e exploração territorial da região. Fica evidente que o contato do homem branco com os povos “primitivos” ampliariam os interesses dos primeiros em relação as tão cobiçadas riquezas da região; por outro lado, o contato dessas duas culturas refletiram negativamente na última à proporção que foram parcialmente destruídas. Esses movimentos são responsáveis pela criação das primeiras *fazendas de gado* que, segundo Celso Mariz “[...] começaram a surgir para consolidar-se e disseminar-se como ação predominante e aspecto novo de nossa vida no século XVIII” (1978:9). Como-se sabe, foi através das fazendas que se tornou possível a criação de animais: o boi, o cavalo, a cabra e o carneiro; o primeiro desempenhou papel relevante na ocupação do sertão, visto que, supriam grandes centros comerciais como Salvador e Olinda.

Esses movimentos de ocupação dão origem à formação histórica do sertão do Norte, uma vez que as bandeiras aceleraram o processo que daria início a criação dos primeiros núcleos de povoação e depois às vilas e cidades criadas no interior do sertão. Homens se lançaram para o interior, à procura de metais preciosos; não os encontrando retornariam com grande número de índios apresados; o que levou Frei Vicente do Salvador à seguinte conclusão: “*De onde o concluir ele os tais homens não tinham saído a caçar pedras, senão peças*” (Frei Vicente do Salvador apud Holanda. 1994:48).

A ocupação do sertão paraibano insere-se no quarto movimento citado por Capistrano de Abreu, o da margem esquerda do Rio São Francisco, pelo seguinte roteiro “[...] *A estrada que partia da ribeira do Aracatu atravessava a do Jaguaribe, procurava o Alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe[...]*” (1998:137). Partindo desse foco, foram os sertões do Norte explorados por bandeirantes paulistas. A ocupação do interior da Paraíba começa pelo arraial de boqueirão, com Antonio de Oliveira Ledo primeiro a lançar as reses trazidas das ribeiras do São Francisco. O capitão-mor da Paraíba, João do Rego Barros, criara

obstáculos a Antonio de Oliveira Ledo na sua posse do Boqueirão, o que provavelmente levava os Oliveira Ledos a ficarem interessados em ampliar suas sesmarias, requerendo-as diretamente ao Governador-Geral do Brasil. Sabe-se que esse obstáculo advém do interesse das autoridades portuguesas, que estavam voltadas para a ocupação e exploração do litoral paraibano, o que não impediu Antonio de Oliveira Ledo de permanecer como capitão das fronteiras de Piranhas e Piancó por cerca de dez anos, conforme nos relata Horácio de Almeida (1997).

A sesmaria das Espinharas foi o ponto de partida para a ocupação dos sertões de Piranhas, Piancó e Rio Grande do Norte; tinham como objetivo expandir a criação de gado, ampliando assim o poderio econômico dos Oliveira Ledo, tornando-os senhores de vastas áreas de terras; quando utilizadas na expansão e criação de gado por essa imensa área, enfrentam os índios ocupantes das terras; estes foram domesticados, ou exterminados quando não aceitavam a proposta dos brancos de escravizá-los. A relação desumana dos colonizadores com os índios mostra a importância que o fator econômico exerceu sobre os demais. Para Machado, *“Livres os moradores do sertão das ameaças e prejuízos em suas propriedades e gados, e estabelecido o arrayal á margem direita do rio Piancó, há pouca distância da sua embocadura no Piranhas, augmentou a população com a emigração de outras partes, principalmente da Bahia, enviados de pessoas abastadas, que fundaram por conta dellas muitas fazendas de gado (sic)”* (1997:336).

Dessa forma, a exploração e povoamento da Paraíba ocorreram em duas frentes: a do litoral e a do sertão. Segundo Maximiano Lopes Machado, *“Foi assim que se povoou a Parayba; os dois núcleos do littoral e do sertão caminharam um para o outro até se encontrar no centro ou nessas terras de catinga, onde não havia fazendas de crear, nem engenhos de assucar. O aigodão era a sua única industria, o milho, o feijão e a mandioca a lavoira que todos zelavam como gêneros de consumo immediato (sic)”* (1977:344).

Sem dúvida, a chegada do homem colonizador à Paraíba representa o momento de expansão dos interesses mercantilistas, a partir do momento em que o Brasil se transforma em

área de importância econômica para o governo português, defendida aqui por Tomé de Sousa, então Governador do Brasil. Esse período é marcado pela distribuição de sesmarias, feita pelo governo a pessoas de sua confiança. Dentre estas, se destaca Garcia D'Ávila, detentor de imensas propriedades. Segundo Capistrano de Abreu, "*para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimento de 'sesmarias'*" (1988:133). Fica claro como os homens de confiança do governo conseguiram, com facilidade, expandir seus domínios por esse imenso território. Segundo Manuel Correia de Andrade, "[...] *desde o governo de Tomé de Sousa, trataram de conseguir doações de terras, sesmarias, que cada vez mais penetrava o sertão [...]*" (1986:147). Tomé de Sousa forneceu subsídios para que Garcia D'Ávila fundasse a Casa da Torre, responsável por uma extensão territorial que ia desde a Bahia até o Maranhão; império erguido sobre o sangue de todos aqueles, principalmente índios, que se opunham aos interesses expansionistas. Esse espírito de homem, que administrava seus negócios acima de quaisquer interesses, o torna temido. É com essa fama que explora o sertão.

Vê-se claro: muitos foram os portugueses que vieram para o Brasil em busca de enriquecimento; dentre eles é possível destacar Garcia D'Ávila que como homem d'armas consegue ganhar, por serviços prestados ao governo, o equivalente a 500(quinhetos réis) por mês (1549-1550). Em dezembro do mesmo ano recebe, como pagamento do soldo, duas vacas, que equivalem a 4.000 (quatro mil réis). Logo, ergue currais e planta cana-de-açúcar.

Por tudo isso é possível afirmar que o patrimônio de Garcia D'Ávila é favorecido pelo apoio que lhe fora concedido por Tomé de Sousa; pela enorme quantidade de terra que possuía; pelo gado vacum que dispensava proximidade com o litoral; e pelo capim natural existente às margens do Rio São Francisco. Foi assim que se tornara um dos homens mais ricos da região. É possível afirmar, que ele deu grande contribuição para a colonização das áreas até onde se estenderam suas posses. Para Manuel Correia de Andrade, "*o sertão nordestino foi integrado na colonização*

portuguesa graças a movimentos populacionais partidos de dois focos: Salvador e Olinda [...]” (1986:147).

É importante mencionar: A colonização custou a vida de muitos, especialmente dos índios, que desconhecendo as táticas de guerra e não possuindo as mesmas armas que os portugueses, lutavam sempre em desvantagem, o que contribuiu para o extermínio quase total da população nativa, como se observa nas palavras de Muniz Bandeira, *“A colonização de todo o Brasil, àquele tempo, ocorreu em meio de uma guerra contínua contra os índios, para a qual os portugueses sempre se valeram do apoio de outros índios[...]O povoamento, na verdade, foi acompanhado por um processo de despovoamento[...]”*(2000:101).

Faz-se necessário informar que o sertão despovoado facilitaria a criação do gado. É importante notar que essa cultura, apesar de utilizar pouca mão-de-obra, prescindia de uma força de trabalho no qual a mantivesse viva. Foi assim que, os chamados vaqueiros à proporção que se distanciavam à procura de melhores pastagens, estabeleciam, com seus familiares nas fazendas, seu local de criação.

São inúmeras as dificuldades de ocupação do sertão, por diversos motivos, tais como: a grande distância que o separava do litoral; as diversas tribos que constantemente expulsavam o homem branco; as constantes secas que já assolavam a região; a ingratidão e pobreza do solo. Esses são fatores que, durante anos, não permitiram que um número maior de pessoas habitasse a região, *“[...] De uma forma geral, escassa e muito rala: o pessoal das fazendas de gado, único estabelecimento da região, não é numeroso, [...] comércio pouco intenso [...] resultando disso aglomerações urbanas insignificantes e largamente distanciadas uma das outras [...]”* (JÚNIOR,1976:67).

É com o gado que surge no sertão o personagem típico dessa cultura: o vaqueiro; responsável por cuidar da engorda do gado, cria e envio para comercialização em Salvador e Olinda, constitui sem dúvida o principal elemento de ocupação do

sertão. Segundo Caio Prado Júnior, *“A rapidez com que se alastraram as fazendas no sertão nordestino, se explica de uma parte, pelo consumo crescente do litoral, onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutra, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria[...]”*(1976:45).

Isto posto, uma vasta extensão de terra é doada a Garcia D’Ávila que se torna um dos maiores latifundiários do Brasil. Apesar do Sistema de Capitâneas Hereditárias ser considerado o primeiro exemplo de Reforma Agrária no Brasil, vê-se claramente que extensas áreas são doadas a pessoas de confiança por parte dos donatários, os chamados sesmeiros, ficando os camponeses sem terra para desenvolver suas culturas. Fica claro, a partir daí, que possuía terras quem tinha prestígio, ficando marcante a desigualdade econômica entre os povoadores. O mais interessante é que muitos dos arrendatários, quando adquiriam o imóvel não conseguiam a documentação que comprovasse a quem realmente este pertencia. Porém sabe-se que a Casa da Torre exercia seu poder por todo este sertão. Viveu-se um tempo de poder representado pela torre símbolo dos Garcia D’Ávila. No caso de Teodósio de Oliveira Ledo, temos a confirmação de que foi o rendeiro dentre os vários desta categoria, que monopolizava a terra, da maneira como nos fala Moniz (2000).

É nesse contexto que ocorre a ocupação e exploração da Província da Paraíba do Norte. Esta crescente expansão das fazendas pelo interior do sertão ocorre graças a importância que assume a pecuária bovina, eqüina; muar e pela indústria do açúcar. Dessa forma, é a Paraíba incluída nos planos de exploração e ocupação de Teodósio de Oliveira Ledo, como atesta Andrade:

“[...] O Sertão paraibano seria também invadido e semeado de sesmarias na segunda metade do século XVII por entradas que partiam do Leste, com Teodósio de Oliveira Ledo, e por outras vindas do Sul que ocupam o alto curso do Rio Piranhas e a bacia

do Rio do Peixe. A influência paraibana penetrava os Cariris Velhos até o Boqueirão e daí se estendia a Taperoá, enquanto a baiana e paulista atingia as áreas drenadas pelo Piancó e pelo Piranhas” (1986:149).

Sabe-se que a doação de sesmarias ocorria, principalmente, em virtude do papel que passava a exercer o gado na economia do Norte Agrário. Inegavelmente, foi com a pecuária que “novos” caminhos se abriram, tornando-se posteriormente, o meio de comunicação com o litoral e o interior das Capitâneas. A importância que desempenhou o gado é destacada, principalmente, pelo valor do couro no mercado interno e externo. De acordo com Abreu:

“[...] De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterrar com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz” (1998:135).

Assim, se desenvolve no Norte uma sociedade totalmente dependente da criação de gado, mesmo sendo uma atividade secundária; a cana-de-açúcar exerce papel fundamental na vida daqueles que dela passam a depender. Portanto, são os produtos fornecidos pelo gado, tais como: o leite ou a coalhada insuficiente, durante os

períodos de seca², para impedir que grande número de flagelados enchesse primeiro as estradas e depois as vilas, aumentando assim os problemas dessas povoações. Segundo Darcy Ribeiro, “[...] *levas de flagelados emergem do sertão esturrecido pela seca e pelo sol causticante, enchendo, primeiro, as estradas, depois as vilas e cidades sertanejas com a presença sombria de sua miséria*” (1998:348)

Portanto fica evidente que a seca, fenômeno típico do sertão, contribuiu para agravar a situação dos colonizadores que não dispunham de terras, para desenvolver sua cultura de subsistência afetada pela falta de chuvas e trabalho. Como se sabe, as fazendas de gado se contrapunham às de plantação de cana-de-açúcar; enquanto a primeira utilizava o trabalho livre com poucas pessoas à frente da sua administração, a segunda, precisava de uma vasta mão-de-obra composta por duas categorias de trabalhadores: a de escravos, que eram capturados ou trocados por fumo ou armas na África, e vendidos, em leilões a preços altíssimos, controlados pelo senhor que contratava capitães do mato para garantir a permanência destes na fazenda; por outro lado se contrapunha ao escravo o trabalhador livre, que segundo Schwartz: “[...] *Os que transportavam as caixas de açúcar para o porto formavam outro grupo de trabalhadores pagos [...] mestres-de-açúcar e feitores também compunham o grupo de trabalhadores assalariados do Engenho Sergipe*” (1988:264 -5).

² Apesar de não ser um fenômeno seqüencial a seca constitui mais um e não o único problema para o povo nordestino. Até o final do século XVII não há notícia da mesma nos sertões da Paraíba. Irineu Joffily pressupõe uma em 1692, baseado na corrida dos índios. Para Júnior “o discurso da seca, traçando ‘quadro de horrores’, vai ser, um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolve todos os Estados sujeitos a este fenômeno climático. A descrição das ‘misérias e horrores do flagelo’ tenta compor a imagem de uma região ‘abandonada, marginalizada pelos poderes públicos’. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área ‘miserável, sofrida e pedinte [...]’ (1999:59). Dessa forma se faz necessário destacar que em 1951, através da lei nº 1.348, o governo federal delimitou a chamada área do “polígono das Secas”, com uma dimensão de 950 000 km² o que equivale a mais da metade do território da região Nordeste. Essa área se estende desde o Piauí até a porção norte de Minas Gerais, onde abrange 43 municípios.

As fazendas de cana-de-açúcar ostentavam riqueza representada pelo poderio econômico, que colocou os fazendeiros à frente da classe dominante da colônia através de casarões. As fazendas de criação de gado tiveram pouco destaque, em virtude do que representou na economia nacional; a carne era pouco aceita no mercado interno, cabendo ao couro, suprir as necessidades dos criadores. Dada a importância do mesmo, *surge a economia do gado*.

É possível explicar que enquanto a cana-de-açúcar permaneceu economia predominante, mantendo uma classe de poderosos senhores de engenhos, foi o Norte a região mais próspera do país, chegando a possuir uma das rendas “per capita” mais elevadas do mundo. Sua decadência contribuiu para a falência de muitos que, durante este período, não procuraram ampliar seus negócios, prevendo uma possível queda deste produto no mercado internacional. Assim, é possível entender o desenvolvimento sócio-econômico que desempenhou *cada uma dessas fazendas*. Elas foram palco de conflitos motivados pelos diferentes interesses existentes no seu interior; nas áreas onde predominou o plantio da cana-de-açúcar, foi marcante a exploração do senhor de engenho sobre os que compunham a mão-de-obra dessa unidade produtora, especialmente o escravo, que durante séculos foi mantido sob um dos piores regimes de escravidão; os que, por sua vez, incessantemente mostravam insatisfação em relação ao tratamento que lhes era dado, através de fugas, suicídios e formação de quilombos. O mesmo não ocorreu nas fazendas de criação de gado. Ali o sistema de trabalho era livre, a mão-de-obra era paga num sistema de 4 por 1, ou seja, a cada 4 crias o vaqueiro tinha direito a 1, pode-se até afirmar que chegou a ter sua própria fazenda de gado.

Da forma como se desenvolveram economicamente, as fazendas de criação de gado contribuíram para o povoamento sem ônus. Visto que o sistema 4 por 1 dispensava o assalariamento dos trabalhadores, o que seria impossível aos senhores de

engenho; por outro lado, fica restrito à população aqui residente, a figura do vaqueiro, não sendo registrado a presença de ferreiros, carpinteiros e pedreiros, indispensáveis aos serviços do engenho.

A criação de gado a custos baixíssimos contribuiu para sua expansão por vastas áreas do sertão, denominado de “sesmarias”. De acordo com Melo “[...] *Na segunda metade do século XVII e, principalmente no século XVIII, essas ‘sesmarias’ alcançaram os pontos mais distantes do território Paraibano, o que representou a expansão deste, com incorporação das terras sertanejas à colonização. [...]*”. (1996: 32). Essa expansão confirma o poderio dos Garcia D’Ávila nestas áreas. Como afirma Bandeira “[...] *a Casa da Torre que sempre funcionara como bastião militar, possuía 28 propriedade arrendadas, só no vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe, na Paraíba [...]*” (2000:197).

Apesar de notícias sobre o ouro e o gado responsável pela ocupação do Norte Agrário, é ao gado que se atribui a responsabilidade pela ocupação e povoamento dessa área, prevalecendo sobre quaisquer outros interesses. Isso nos leva a entender que a característica principal dessa região consiste no que representou o gado para a população aqui presente. Vale destacar: que ***os rios assumem papel importante na expansão e criação do gado***. A pecuária conquista a maior porção territorial complementada com a agroindústria do açúcar. Mas, um outro elemento secundário ao gado contribuiu muito para economia sertaneja: o caprino. Criado com pouco pasto, foi importante no abate para poucas pessoas. Atualmente tem ocupado papel de destaque na economia do sertão, especificamente da Paraíba, colocando o Nordeste com maior rebanho no Brasil³.

³ A fácil adaptação do caprino ao clima e a vegetação, coloca o Brasil dentre os maiores criadores, tendo o Nordeste se destacado diante das demais regiões com 10.544.360(dez milhões e quinhentos e quarenta e quatro mil e trezentos e sessenta) cabeças e a Paraíba com 481.298(quatrocentos e oitenta e um mil e duzentos e noventa e oito) cabeças. Sendo que o Rio de Janeiro destaca-se como a maior bacia leiteira enquanto que a Paraíba com

Teodósio de Oliveira Ledo exerce papel importante na **ocupação do sertão** por ocasião da busca de **implantação de currais** em áreas até então ocupadas por índios. Este período é marcado por choques de interesses: o dos primitivos habitantes, que tinham suas terras invadidas pelos entradistas que por sua vez interessaram-se pela ocupação e exploração das que constituíram os atuais territórios onde se desenvolveram vilas, ficando evidente que essa ocupação iria retardar sua criação. Segundo Horácio de Almeida, "*Fundou-se a aldeia de Piranhas, núcleo da atual cidade de Pombal. O lugar foi o mesmo onde Antônio de Albuquerque da Câmara levantara uma estacada em 1688[...] tornando-se vila em 1772[...] Sousa, criada em 1796 e só instalada em 1800*" (1997:40). Área de difícil acesso, foi com o gado que se abriram caminhos, facilitando o intercâmbio entre sertão e litoral. Este fator importante na economia nacional e estadual contribuiu para o surgimento de povoados, vilas, e cidades; como exemplo dessa expansão podemos citar Cajazeiras. Foi o índio juntamente com o gado responsável, pela abertura de caminhos que posteriormente consolidaram a ligação do sertão ao litoral e vice - versa.

Dentre as áreas ocupadas, uma é o objeto de estudo deste trabalho, *a sesmaria adquirida por Francisco Xavier de Miranda*, que se torna povoado, vila e depois a atual cidade de São José de Piranhas - Província da Paraíba do Norte. A partir do século XIX, as sesmarias, concedidas aos que desejavam lavrar a terra, diminuíram de número em virtude da Lei de Terras de 1850 que extinguiu o sistema sesmarial. Fica evidente, a partir daí, que todos aqueles que desejassem adquirir terras deveriam comprá-las.

A ocupação e povoamento de São José de Piranhas, deu-se a partir de dois movimentos de ocupação, um entrando pelo Piancó e outro pelo Rio do Peixe, consolida-se pelo interesse desses em expandir suas fazendas e conseqüentemente a

maior rebanho dar preferência ao abate. O que tem levado os brasileiro ao um consumo maior de carne deve-se ao baixo teor de gorduras e calorias importante em sua dieta alimentar. Fonte: Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA).

criação de gado, bem como a *cultura de subsistência* responsável esta, em igual medida pelo suporte econômico da Povoação.

O capítulo seguinte apresenta um estudo detalhado sobre os inventários; fornecerá subsídios para a construção de uma narrativa acerca dos bens adquiridos pelos chamados homens de posse da Povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte, realizado de 1850 a 1870; um mapeamento dos homens dos respectivas bens constituem objeto de estudo dessa Povoação, fornecendo dados que nos levará a um melhor entendimento de como cada fazendeiro pesquisado conseguiu explorar e ampliar suas riquezas.

CAPÍTULO II

2 - TOPOGRAFIA DA POVOAÇÃO: OS INVENTÁRIOS

Para efeito do que estamos estudando, como determinado segmento da sociedade, os proprietários de terras se constituíram economicamente a partir de sua relação com os bens reais e semoventes. Tornaram-se homens de posse desta Povoação. A fala contida nos documentos fornece subsídio para melhor entendimento do valor de cada um; a terra, com a expansão do Capitalismo, passa a se constituir num objeto. Para possuí-la, precisaria de condições financeiras iguais ou superiores aos demais proprietários da região, mesmo o valor das faixas de terra variando de preços entre 4\$000 (quatro mil réis) e 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) sabe-se que a maioria dos que compunham a sociedade eram camponeses e escravos, que vivendo numa época em que se manter vivo já era um grande lucro, adquirir bens como a terra, em muitos casos, estava além de suas possibilidades; não podiam adquiri-la principalmente quando ficava evidente o valor real de: *“Uma parte de terra na quantia de 4\$000 (quatro mil réis), em São José de Piranhas, avaliada na mesma quantia (Inventário: Manuel João de Miranda, 1855). ‘[...] Uma data de terra não demarcada no riacho dos currais, avaliada pelo avaliador Trajano de Paula Gomes dos Santos na quantia de 6:000\$000 (seis contos de réis), avaliada pelo avaliador João Ferreira Rocha na quantia de 4:000\$000 (quatro contos de réis)’⁴”. (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva, 1863).* Por outro lado, os que conseguiam adquiri-la enfrentavam

⁴ Os inventários de Manuel João de Miranda e João Ferreira da Silva pesquisados no Cartório de 1º e 2º Ofício na Cidade de São José de Piranhas constituíram fonte para um melhor entendimento de como ocorreu a distribuição de riqueza nesta Povoação. Informações que abre caminho para outras pesquisas, importantes no entendimento de sua formação histórica, fornecendo a “novos” pesquisadores oportunidade de explorá-los no atendimento do objetivo de suas pesquisas, na área de ciências humanas.

problemas para mantê-la cercada e com água retida, condições essenciais para aqueles que estavam obrigados a cultivar culturas de subsistências vitais à sobrevivência da família, além da produção de pastagens para a criação de animais: gado bovino que variava de preço de acordo com a idade e porte, “Oito vacas novas avaliadas cada uma na quantia de 40\$000 (quarenta mil réis), no valor de 320\$000 (trezentos e vinte mil réis)” (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva – 1863), cabras e cavalos. A diferença de preços entre as várias faixas de terra dependia muito da riqueza do solo, de sua localidade e do seu proprietário fazê-la produzir. Mesmo tendo a terra como unidade capaz de produzir alimentos suficientes para a manutenção dos que habitavam a Povoação, muitos camponeses, pequenos e grandes proprietários, tiveram seus sonhos prejudicados por falta de chuva, o que afetou não só a produção de gêneros, mas também toda a criação. Muitos animais morriam por falta de pastagens e água insuficiente; Era o fenômeno de constantes secas assolando o Norte do Brasil. Mesmo quando não constantes, as secas representavam um obstáculo aos habitantes do litoral, que pretendendo morar e desenvolver negócios não conseguiam se adaptar à região, principalmente nos períodos de estiagem. Esse fator climático, indiscriminadamente, foi capaz de afetar a população de um mesmo território chamado de Norte.

As condições acima descritas nos levam a pensar a ocupação do Norte Agrário por dois ângulos: o dos grandes proprietários açucareiros residentes nos grandes centros litorâneos, e dos grandes proprietários de terra e gado, que permaneciam entre as grandes cidades litorâneas e fazenda de gado que, após a engorda, era vendida para as feiras, onde seriam comercializados a preço de mercado; e aqueles que, através ou não de compra de terras, se fixaram aqui com suas respectivas famílias. Exemplo típico é o dos vaqueiros que trabalhavam em sistema de 4 por 1, pago como salário, por cuidar dos rebanhos dos grandes produtores. Fica evidente que em um determinado momento estes trabalhadores procuravam se separar dos patrões,

passando a cuidar do próprio rebanho, tornado-se assim, donos de terra e pequenos criadores de gado. Também eles precisavam de quem acreditasse no seu espírito empreendedor e lhe emprestasse dinheiro a ser utilizado na ampliação do patrimônio. Fica evidente que a criação de gado ocupava um espaço privilegiado dentre os demais. Por outro lado ficava evidente que as secas constituíam um empecilho a investimentos, visto que, poucos eram os que acreditavam na recuperação dos criadores e da própria região. Mesmo diante de todos esses problemas, sabe-se da perspectiva que muitos tiveram em continuar com sua terra e criação de gado, sendo realmente responsáveis pelo povoamento e desenvolvimento econômico da região, assegurado graças ao empenho dos criadores, no sentido de fornecer aos mercados consumidores o produto de acordo com suas exigências. Em virtude da grande quantidade de carne abatida e não consumida - por possuir essa região uma população muito pequena - era o couro o que mais importava aos criadores. Vendido a atravessadores, era exportado para outros países. Aqui na região o couro era aproveitado na confecção de camas, portas, sandálias etc. Mesmo com esse quadro desfavorável ao consumo doméstico da carne, sabe-se que sua venda adquiriu preços elevadíssimos nos mercados litorâneos. Aqui nas fazendas seu preço variava de acordo com o porte de cada rês; é aí que entra a questão das boas e constantes pastagens que variavam de propriedade para propriedade. O valor de uma novilha que no inventário de Manuel João de Miranda custava 8\$000 (oito mil réis), aparece no de Ana Martins de Oliveira por 30\$000 (trinta mil réis); Apesar da grande quantidade de novilhas, novilhotes, garrotes e garrotas, em grande parte destinados para o abate, não ultrapassaram os valores acima mencionados. Por outro lado, encontra-se uma junta de bois no valor de 40\$000 (quarenta mil réis), (Inventário: Manoel João de Miranda, 1855). O alto valor apresentado neste inventário comprova que só os grandes proprietários tinham condições de possuir gado em suas fazendas, destinados a diversas utilidades: puxar carros de bois, arar a terra e transportar produtos e materiais até a Povoação e; sem dúvida eles representavam para

o proprietário o que basicamente representa um carro para os proprietários rurais, em prestação de serviços e em valores materiais.

Por outro lado, as vacas paridas apresentavam um preço superior às demais, constantes na maioria dos inventários. Além do leite fornecido e não comercializável e da coalhada utilizada como alimento, produzia-se o queijo que tinha o mesmo destino. Tudo isso somado a outros bens semoventes serviam para ampliar a riqueza dos fazendeiros abastardos. O gado, variava de preço de uma para outra fazenda, de acordo com o tamanho e idade. Conforme Inventário de Maria Pereira de Jesus – 1870 *“Uma vaca parida pintada, grande, na quantia de 30\$000 (trinta mil réis). Uma dita pintada solteira em 25\$000 (vinte e cinco mil réis). ‘Cinco vacas paridas avaliadas cada uma na quantia de 200\$000 (duzentos mil réis). Num total de 1:000\$000 (um conto de réis)”* (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva, 1863). Os trechos dos inventários citados comprovam a importância desempenhada pelo gado no desenvolvimento econômico do sertão e no enriquecimento de muitos, que dispostos de condições, investiram neste que posteriormente representaria um dos fatores de povoamento e crescimento de uma região só conhecida por aqueles que procuravam prear índios: foi o gado responsável pela formação de uma sociedade de senhores que ostentaram riquezas aqui representadas pela expansão de terras, pelo rebanho bovino e pelos casarões. Esse poderio econômico também o faz se destacar diante dos demais, ficando evidente o surgimento de uma sociedade tipicamente sertaneja que mesclou características dos que habitavam o litoral, onde ficavam a maior parte de seu tempo.

A fixação periódica dos criadores de gado nas cidades litorâneas, os tornou conhecidos de uma elite que dispunha de prestígio político perante o Imperador. Dessa forma o prestígio deixaria de estar vinculado só à área de atuação econômica: se expandia por diversas regiões do Império, o que facilitou sensivelmente na hora de negociar o preço da boiada, na aquisição de investimentos ou até mesmo na

renegociação das dívidas. Essa situação contribuiu para que inúmeras patentes fossem distribuídas por todo Império, no caso dessa Povoação, ao “Major” Manuel João de Miranda. O título na realidade o colocava como homem que deveria ser respeitado por todos. Indiscutivelmente a região lucra com essa situação, à medida que se torna freqüentada por fazendeiros de outras áreas, que afluíam para comprar, trocar produtos, ou até mesmo no pedido de segurança, quando ameaçados por bandos de salteadores. Por outro lado, também era grande o número de camponeses que procuravam proteção e trabalho a esses poderosos senhores, donos de terra e de gado, carentes de mão-de-obra para cuidar não só da cultura de subsistência, principalmente do gado. Durante todo o Império, esse regime de opressão torna-se predominante no país, especificamente no Norte, primeira região a explorar, de forma desumana, o trabalho de pessoas que muito fizeram e pouco conseguiram para mudar sua situação de explorados. A importância do escravo como mão-de-obra, freqüente nos inventários pesquisados, o que constitui num segmento responsável pelo crescimento econômico desta Povoação, mediante o valor de cada um: “*Gertrudes escrava de idade de 20 anos, doente avaliada na quantia de 900\$000 (novecentos contos de réis)*” (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva, 1863) se faz presente entre os criadores de gado desta localidade, os quais acreditavam não existir economia sem o seu trabalho.

Entretanto, em virtude da Povoação ter-se especializado na criação de gado, o que permitiria maior liberdade aos que dela cuidavam, constituindo assim, uma preocupação para os fazendeiros que ainda dispunham de escravos, podendo essa liberdade representar a fuga e conseqüentemente a perda desse bem tão valioso, esse fator é predominante para a não utilização do escravo nesse tipo de trabalho. O medo de perder tão valiosa mão-de-obra fez com que seus donos os utilizassem na agricultura, onde estariam vigiados por todo tempo; essa preocupação estava ligada à escassez e ao preço que custava no mercado cada escravo de acordo com sua avaliação.

“Uma escrava crioula por nome Dilvana de idade de vinte anos, avaliada em 1:000\$000 (um conto de réis) [...]Um escravo por nome Benedito, cabra de idade de quarenta e oito anos aleijado de um dedo, avaliado por 100\$000 (cem mi réis)[...] Uma escrava mulata por nome Rissalina de idade de cinco anos, avaliada por 50\$000 (cinquenta mi réis)” (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva, 1863). A necessidade de mão-de-obra escrava nas áreas de expansão do café provocou o tráfico interprovincial, inflacionando os preços do mesmo na freguesia. Dessa forma eram obtidos no mercado a um valor comercial que variava de acordo com sua capacidade de produção, para o qual estava sendo adquirido, o que ficava evidente que todos aqueles portadores de alguma deficiência e os velhos não atenderiam as exigências do mercado, sendo em muitos casos utilizado em trabalhos domésticos. Por outro lado, o valor que representava o escravo no mercado de trabalho fez com que muitos proprietários de terra não o adquirisse. Em 4 dos 10 inventários pesquisados nesta Povoação, constatou-se não existir escravos; os encontrados nos demais apresentam custos elevadíssimos, daí sua aquisição ter-se tornado privilégio de poucos o que representou uma “mercadoria” não comum a todos aqueles que dispunham de uma faixa de terra. É o caso de João de Souza Ferráz que *“possuía uma parte de terra no lugar caiçara data de Cajazeiras do rio piranhas, com trinta braças, digo braças ainda em comum avaliada cada braça em 1600\$000 (mil e seiscentos réis), em 480\$000 (quatrocentos e oitenta mil réis), (Inventário, 1865)”*. Ter escravo era ter prestígio econômico perante os demais fazendeiros e senhores de escravos, principalmente quando este possuía 20 escravos como é o caso de Joaquim Ferreira da Silva (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva, 1863).

A quantidade de escravos presentes na Povoação fez com que seus “donos”, estimulados pelos altos preços oferecidos por seus compradores, fossem obrigados a promover gastos para mantê-los vivo, principalmente num momento em que

freqüentemente começavam a acontecer roubos de escravos (conforme nos fala GALIZA, 1979) e sucessivas leis eram aprovadas pelo parlamento brasileiro em seu favor, ficando evidente que sua situação perduraria por pouco tempo. Mediante a instabilidade dessa fonte de riqueza, caberia ao fazendeiro ampliar seus meios de produção, como ocorre com o gado e com a terra, esta última a mais procurada, contribuindo assim para a supervalorização dos preços por tarefas. A terra constituiu, neste caso, um bem necessário e pouco acessível, principalmente às camadas sociais mais baixas, que eram necessitadas de produzir culturas de subsistências essenciais a sua sobrevivência. Por serem desprovidas destas, eram obrigadas a trabalhar em situação de miséria para os grandes fazendeiros. Estes por sua vez, conseguiram ampliar sua posse sobre a terra, que graças ao capim que crescia às margens dos rios, riachos ou fontes d'água foi possível melhorar a alimentação dos rebanhos, que em época de engorda, eram vendidos no mercado: neste caso ficavam praticamente de fora os pequenos proprietários, donos de um rebanho menor. Por outro lado, pela falta de mercado consumidor, o leite era utilizado para criar bezerros recém-nascidos. Grandes criadores se dedicavam à venda de animais para outros centros, (ANDRADE, 1986), o que constituiu, para os mesmos um dos meios de enriquecimentos, comprovadas nas fontes pesquisadas.

À proporção que se ampliava a criação de gado, os proprietários eram obrigados a ampliar suas terras. À medida que aumentavam as compras, aumentava a circulação de dinheiro, tornando a Povoação próspera e capaz de atrair compradores de regiões circunvizinhas. As constantes visitas dos compradores foi importante para a manutenção do comércio que ocorria em torno da mercadoria (gado), ficando evidente o papel na ampliação de bens dos fazendeiros da região que procuravam aplicar parte de seus investimentos, em casas e armazéns. Isso representou, sem dúvida, uma “nova” forma de investimento num bem que posteriormente lhe traria maiores lucros,

uma vez que já se tratava de pessoas que começavam a ter uma visão maior com relação à “novos” empreendimentos, sem dúvida muito importantes, à medida que houve a migração da área rural para a urbana. A aquisição de imóveis foi importante para a estruturação da Povoação, considerando o poderio que representava a área rural do Norte Agrário.

Esse exemplo começa a ser seguido por muitos outros que passaram a investir parte dos lucros na Povoação, por exemplo: *“uma casa velha de tijolos na Povoação de São José, avaliada na quantia de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva, 1863)”*, contribuindo assim para a estruturação do urbano, que começa a conquistar espaço significativo diante do rural e para ampliação do seu crescimento, que passaria a dispor de uma clientela que investissem na Povoação parte do seu dinheiro, comprando destes proprietários as reses que eram revendidas noutros mercados consumidores. Sem dúvida, o crescimento fez com que se ampliasse, na Povoação, uma classe social detentora de poder econômico, interessada em reinvestir, desta vez na aquisição de casas e armazéns - que seguidos por outros, foi importante para o seu crescimento, ficando evidente que este local passa também em épocas de festas a ser ocupado por seus donos, mesmo numa época em que o Brasil ainda era tipicamente rural. Esses investimentos contribuíram para o crescimento desta região, à medida que também se constituía num bem de valor.

Podemos destacar que as riquezas constituídas pelos fazendeiros, no lucro com o gado, advinham em grande parte da exploração da mão-de-obra escrava que, mesmo representando fonte de riqueza, não era confiável, visto que, inúmeras eram as leis que procuravam pôr um fim à situação degradante das vidas escravas. Ainda representavam, para os fazendeiros, um bem com o qual poderiam contar sempre que necessitassem, para adquirir outros, no caso a própria terra. À proporção que se tornava mais difícil manter o escravo na propriedade, ampliou-se a mentalidade do

fazendeiro em maiores investimentos em mão-de-obra livre, trabalhador que representava segurança ao fazendeiro; não era preciso contratar pessoas para vigiá-los; suas despesas estariam vinculadas à relação de produção da cultura de subsistência que se desenhava num possível sistema de parceria no trabalho com o gado. São muitas as vantagens adquiridas com a contratação desse tipo de trabalhador: dentre elas podemos citar o rompimento da relação a qualquer época, dependendo do interesse de ambas as partes; por outro lado, não tinha o fazendeiro obrigação de defendê-los ou sustentá-los. Essa relação também foi importante à medida que proporcionou maior oportunidade de trabalho a outras pessoas. Essas oportunidades de trabalho foram importantes, porque contribuíram para amenizar a situação de extrema pobreza predominante na Povoação. A “nova” mentalidade do fazendeiro em ampliar suas fontes de produção, neste caso a terra e o gado, bem como a substituição gradativa do trabalho escravo pelo livre, impulsionou a acumulação de riqueza por parte destes fazendeiros na Povoação de São José de Piranhas de 1850 a 1870.

Vale ressaltar: que essa mentalidade foi importante à medida que contribuiu para o crescimento dos seus bens móveis e semoventes, para a contratação de novos trabalhadores que trocavam parte do excedente de produção, no caso os vaqueiros, o que lhe cabia por cuidar do gado, promovendo assim uma circulação de mercadoria e de dinheiro, fomento ao crescimento do comércio na localidade, posteriormente elevada à condição de Povoação. Morar numa área próspera já despertava o interesse de muitos que viram, ali um local seguro para “novos” investimentos. As construções dos fazendeiros marcaram o início de uma vida urbana, capaz de impulsionar o crescimento da Povoação, motivado pelas transações realizadas pelos fazendeiros, através do gado.

CAPÍTULO III

3 - A TERRA E O GADO COMO CONSTITUIÇÃO DE RIQUEZA DE PODEROSOS SENHORES DESTA POVOAÇÃO

A Terra, privilégio de poucos, não só constituiu como constitui fonte de obtenção de riqueza e poder, durante toda a História do Brasil. A partir de 1850, com a criação da Lei de Terras, marco que determina a posse sobre o latifúndio, definindo a quem realmente ele pertenceria. Aqueles que trabalhavam e precisavam da terra não a tiveram por falta de condições financeiras e de uma política de distribuição de terra mais equitativa entre os mais pobres, desconhecidos pelo governo monárquico. Essa discriminação com relação à posse da terra contribuiu para ampliar os problemas sociais em detrimento do desenvolvimento econômico do país. Esse latifúndio sacralizou, por todo país, o poderio da terra e de famílias.

Dessa forma, a terra passou ser, durante séculos a responsável pelo enriquecimento de famílias tradicionais em todas as províncias brasileiras. Neste contexto aparece no cenário econômico do país, do estado e especificamente da Povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte, famílias tradicionais: Miranda, Lima, Oliveira, Ferreira, Silva, Ferraz e Campos que conseguem se projetar mediante boa estrutura econômica fornecida pela propriedade rural, pela criação de bovinos e, em alguns casos, da existência de escravos. A ampliação de bens só se tornou possível graças à habilidade na administração de bens móveis e semoventes a partir da terra, símbolo de poder. O que nos comprova este poderio sobre a terra são os inventários, quando afirmam que *“uma data de terra não*

demarcada no riacho dos currais avaliada em 6:000\$000 (seis contos de réis), uma légua de terra na data de São José, avaliada em 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis)”, (Inventário, Joaquim Ferreira da Silva, 1863). Este inventário deixa claro que a terra, nesta época, já dispunha de um número não muito pequeno de pessoas influentes economicamente; por meio da ampliação da propriedade da terra foi possível a expansão do rebanho bovino, o que assegurou o poderio econômico das famílias desta Povoação.

Vejamos a especificidade da realidade que estamos estudando: o inventário como muitas outras fontes, constitui um documento no qual o historiador busca respostas para seus problemas; é dessa forma que há uma reconstituição da memória histórica, dos que habitaram a Povoação de São José de Piranhas. As análises dos dados documentais à luz da história revelam o papel que desempenharam no que diz respeito à ampliação dos bens móveis e semoventes de suas posses. A competência dos inventariantes diante da administração dos bens tornou os Ferreira da Silva uma das mais bem sucedidas famílias de negócios, não só na Povoação, como em vilas e cidades prósperas. Os números explícitos comprovam este desempenho e o seu papel mediante o desenvolvimento desta Povoação, que se consagrou por via das principais atividades comerciais, a terra e o gado.

A criação de gado não só é responsável pela ocupação do sertão, mas também pelo surgimento de pessoas que conseguiram se projetar economicamente na Povoação. Dados presentes no inventário em estudo comprovam que o patrimônio deixado por João Manoel de Miranda o tornou senhor respeitado por todos aqueles que o conheciam e mantinham negócios. Esse período é predominantemente dominado por pessoas que dispunham de condições financeiras privilegiadas, em detrimento dos que nada tinham. Se nesta época ter terra e gado era um privilégio de poucos, ter escravo significava um bem praticamente impossível, por causa dos preços que cada

um alcançou no mercado interprovincial. Fica evidente, a partir dos dados, quem dispunha de todos estes bens, citados em juízo e transcrito pelo escrivão de órfãos da Cidade de Sousa, Comarca de Pombal e Província da Paraíba do Norte. Dessa forma se faz presente a constituição de riquezas na Povoação por homens que, inteligentemente, souberam multiplicar suas riquezas de forma a torná-las próspera aos olhos dos mais brilhantes comerciantes que freqüentemente visitavam-na com o intuito de estreitar os laços comerciais com os “ricos” desta localidade. Inegavelmente, foi o comércio responsável pelo crescimento econômico e populacional daquela que chegou a ter muitos homens de posse, o que sem dúvida contribuiu para elevá-la de Povoação a categoria de Vila em 1885.

Sem dúvida, o documento responsável pelo detalhamento de todos os bens e dívidas ativas e passivas dessas famílias, nos comprova a seriedade de como eram tomados, dentre outros, os depoimentos que definiam a partilha de herança deixada aos inventariados (as); desta forma a leitura do inventário se torna mais agradável à medida que o pesquisador se envolve e se apaixona com depoimentos “presentes”: o pesquisador conduzido ao “túnel do tempo” ali se dá um encontro maravilhoso do presente com o passado, forma belíssima de se produzir história. Assim através do trabalho de reconstituição histórica, interroga-se o documento buscando uma melhor visibilidade sobre o “real”: neste momento o historiador é convocado a cumprir seu *metier*, interferindo dados até então inquestionáveis, dando um “novo” sentido de entendimento do que o mesmo representa para a sociedade.

Inegavelmente este desenvolvimento só foi possível à medida que houve a exploração de uma classe formada pelos donos dos meios de enriquecimento, representada aqui pelas famílias em estudo, em detrimento de uma outra que nada dispunha, os camponeses, que desprovidos de condições dos meios necessários a sua manutenção foram obrigados a cederem às exigências, impostas pelo proprietário,

sendo obrigados a vender sua própria força de trabalho a preços determinados pelos latifundiários. Neste contexto, as famílias da Povoação não proporcionaram ao trabalhador condições financeiras que lhe permitissem sair da dependência para conquistar economia. Era uma situação em que os únicos beneficiados eram os grandes proprietários rurais; mantê-los sob sua tutela representava trabalhadores certos durante toda a safra, além dos laços de fidelidade, pois essa categoria fazia questão de pronunciar quem era seu patrão e protetor. É também importante destacar que esse patrimônio foi, na sua maioria, erguido às custas da exploração daqueles que não dispunham de “voz” nem de “vez” para fazer valer seus direitos de cidadão, principalmente num período em que a classe trabalhadora da zona rural ainda não tinha sido trabalhada no sentido de criar instituições que pudessem defender seus interesses frente a terrível exploração dos patrões que enriqueciam de forma acelerada. Pode-se afirmar que os pilares sobre os quais foram construídos o patrimônio desta Povoação nos entristece, à medida que muitas famílias foram sacrificadas em nome do enriquecimento de poucos, que nada ou quase nada fizeram, para modificar a situação de extrema pobreza vivida por um número não muito pequeno de trabalhadores rurais. Fica assim evidente a relação entre latifundiários e trabalhadores rurais na constituição de riquezas da Povoação de São José de Piranhas-Paraíba – Província da Paraíba do Norte.

Nossa história está alicerçada na exploração e no sofrimento de pessoas que sacrificaram sua própria vida para enriquecer alguém, em nome do relativo progresso já vivido e presenciado no século XIX pelos chamados “poderosos” desta Povoação. Sem dúvida esta época marcou a vida de muitos trabalhadores rurais que tiveram de aceitar a exploração, visto que, mudar-se de uma fazenda ou região não lhes ofereceria segurança, tanto no tocante à aquisição de um novo trabalho quanto à garantia de que não seria explorado, tendo em vista a forma de pensar dos latifundiários, a mesma em

todo sertão nordestino; qualquer tentativa de fuga, mesmo que frustrada, valeria a pena; arriscavam, mesmo sabendo que esta não lhe garantiria melhores condições de trabalho; talvez até representasse a morte para alguns membros da família em virtude da falta de alimentos no decorrer, da viagem à busca de um “paraíso”, ou algo diferente do até então vivenciado.

Os inventários analisados levam a concluir que a terra herdada ou comprada foi importante na constituição de nomes de famílias, ainda hoje referência, na sociedade. Esses bens, especificamente a terra, atingiram valores médios de até setecentos (700) por cento. O que atesta esta supervalorização são: *“Uma dita parte de terra na mesma data e no mesmo sítio picada no valor de 7\$000 (sete mil réis) que houve por compra a seus falecidos pais e avaliada na quantia de 50\$000 (cinquenta mil réis)”* (inventário: Ana Joaquina de Oliveira Campos, 1870). Essa valorização fez com que muitos proprietários ampliassem suas posses dentro e fora da Povoação, sendo inegável as patentes de “Coronel” e “Major”, adquiridas durante o Império, mediante o prestígio econômico que conseguiram projetá-las na nascente oligarquia estadual e regional.

Outro aspecto a que temos de nos referir trata da mão-de-obra escrava. Sabe-se do valor econômico obtido pelo escravo na cultura canavieira do Brasil, durante séculos, mas é após a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que é dificultada a entrada de escravos. A crise, numa das regiões mais prósperas do Brasil – a Região Norte - provocada pela competitividade na produção do açúcar, contribuiu para que um grande número de senhores de engenho fossem afetados pela concorrência do açúcar de beterraba. Essa crise forçou senhores a venderem seus escravos ou a utilizá-los como mão-de-obra na agricultura. Este momento coincide com a fase de expansão da lavoura cafeeira onde passa a predominar o chamado tráfico interprovincial, elevando os preços dos escravos, que desempenhavam importância na agricultura, do norte do

sertão ou para os que pretendiam comprá-los para as nascentes áreas cafeeicultoras do Sul.

A província da Paraíba consegue produzir com qualidade não só o açúcar, que seria vendido na Europa, mas o café que, graças à mão-de-obra escrava põe um grande número de latifundiários em posição de privilégio perante as demais camadas sociais. Essa mão-de-obra se expande pelo sertão na utilização não só do trabalho agrícola, mas também na pecuária, atividade econômica predominante no sertão. Mesmo pouco usada, sabe-se que foi na agricultura, atividade agrícola secundária a pecuária, que *“Uma parcela significativa da população escrava era empregada no preparo da terra, para desenvolver a agricultura, e obras indispensáveis à sustentação da atividade criatória”* (GALLIZA, 1979:89). Desempenhou papel relevante na constituição de riquezas de homens que se tornaram importante na elevação econômica da província.

Ainda para Galliza:

“Esse período é marcado pelo elevado preço dos escravos masculinos enviados para o Sul entre os anos de 1843 a 1867 quando o mesmo passa a obter os seguintes valores unitários: Em 1843 550\$000 réis, 1848 460\$000 réis, 1850 650\$000 réis, 1851 610\$000 réis, 1852 870\$000 réis, 1853 960\$000 réis, 1854 980\$000 réis, 1855 1.200\$000 réis, 1856 1.700\$000 réis, 1857 1.450\$000 réis, 1858 2.000\$000 réis, 1859 1.800\$000 réis, 1860 2.030\$000 réis, 1861 1.750\$000 réis, 1862 1.860\$000 réis, 1863 1.920\$000 réis, 1864 1.970\$000 réis, 1865 2.000\$000 réis, 1866 1.500\$000 réis, 1867 1.700\$000 réis” (1979: 112-3).

A valorização do escravo se amplia com o fim do tráfico negreiro e da necessidade dessa mão-de-obra nas províncias do Sul, onde o café assume a liderança entre os produtos de exportação brasileira. Este período é marcado pela incessante procura desta mão-de-obra nas províncias do Norte. A Povoação de São José de Piranhas, que possuía 31 escravos, número não muito pequeno que foram, supervalorizados dificultando assim sua aquisição por parte de outros latifundiários que os utilizaria na pecuária e na agricultura, os escravos chegaram aos seguintes preços unitários:

[...] uma escrava crioula por nome Dilvana com idade de vinte anos em 1:000\$000 réis, uma escrava com nome de Joana com idade de dezesseis anos em 900\$000 réis, uma por nome Basília com idade de vinte e quatro anos em 700\$000 réis, uma por nome Gertrudes em 900\$000 réis, [...] um escravo por nome Manoel em 50\$000 réis, Um escravo por nome Antônio com idade de trinta anos em 250\$000 réis, um escravinho de nome Jorge com dois anos em 200\$000 réis, uma escrava por nome Raimunda com vinte e cinco anos em 300\$000 réis, uma por nome Felícia com idade de oito anos em 600\$000 réis [...]”(Inventário:Joaquim Ferreira da Silva, 1863).

Os dados contidos nos documentos: O Declínio da Escravidão na Paraíba - Diana Soares de Galiza,1850 – 1888 e os inventários apresentam preços variados por cada “peça” de escravo, o que comprova que o físico e a idade exerceram papel predominante na hora da negociação; os compradores davam preferência a escravos do sexo masculino, aptos ao trabalho pesado exercido nos campos de café das províncias do Sul, o que nos leva a crer que os que permaneceram aqui foi justamente por falta de

mão-de-obra livre suficiente para manter os trabalhos na agricultura, um dos melhores investimentos que contribuíram para o enriquecimento de muitos proprietários da Povoação, que não deixavam a desejar em nada a muitas outras províncias em termos de quantidade de escravos. Joaquim Ferreira da Silva possuía sozinho vinte (20) escravos utilizados na agricultura, pelo que se destacou como homem de prestígio econômico sobre os demais. Mesmo considerada grande a quantidade de escravos por alguns proprietários na Povoação, sabe-se que o escravo usado, na sua maioria na pecuária, representava pouca mão-de-obra em relação a agrícola, surgindo daí a necessidade de contratar trabalhadores livres. De acordo com Galliza, “[...] trabalho utilizado pelos proprietários rurais em substituição á mão-de-obra escrava, foi a soldada. [...] consistia, após a autorização do Juiz de órfão , em o menor órfão ou filhos de pais de conduta irregular ficar sob o controle de uma pessoa geralmente proprietário, até atingir a maioridade” (1979:129). Assim cresceu a Povoação com os dois tipos de trabalhadores: os livres que trabalhavam pagando a terça⁵, e eram responsáveis pela ampliação dos bens móveis e semoventes dos senhores proprietários de terras, responsáveis pelo desenvolvimento econômico da Povoação com vilas e cidades prósperas e próximas e os escravos.

Tudo leva a crer que a proximidade da vila com Pombal, Sousa, Cajazeiras e principalmente o cariri cearense facilitou a expansão do comércio local, oportunidade que tiveram os fazendeiros de comprar e vender o gado e outros produtos: assim a Povoação se tornou próspera e capaz de ampliar riquezas. As riquezas adquiridas foram reconhecidas pelo Imperador. Daí muitos serem agraciados com o título de “Coronel” e “Major”. João Manuel de Miranda recebeu o título de Major por ampliar suas riquezas, a ponto de se tornar um dos homens mais ricos da Povoação; o seu espírito empreendedor fez com que outros proprietários procurassem seguir-lhe o

⁵ Parceria agrícola em que o parceiro proprietário das terras custeia o cultivo e recebe dois terços da colheita, cabendo ao parceiro trabalhador a terça parte dela.

exemplo. Dessa forma o local atraiu investidores de outras regiões vindo a tornar um centro de grandes investimentos.

Os investimentos estavam ligados principalmente ao papel da terra e do gado na economia nacional e regional, o que contribuiu para o surgimento da figura dos grandes fazendeiros do Sertão do Norte Agrário. Dentre os que conseguiram ampliar seu patrimônio a partir do comércio realizado com outros centros se pode citar o Major João Manoel de Miranda, homem que sabiamente ampliou seus negócios, ligados principalmente à venda do gado, responsável pelo povoamento dessas áreas tão castigadas pelas secas e tão aceita por esse que, ainda hoje, com menor influência faz parte do desenvolvimento econômico da região. O Inventário não relata em nenhum instante a aquisição de bens por herança. Acredita-se que realmente foram ampliados sucessivamente graças ao seu espírito de grande empreendedor. Dessa forma foi a terra responsável pela criação de 116 cabeças de gado, esse predomínio sobre os demais animais comprova a importância que exerceu o mesmo no mercado. Prova disso é o patrimônio invejável deixado para seus herdeiros.

O exame de imóveis do inventariante Joaquim Ferreira da Silva mostram de forma parcial os bens móveis e semoventes que detinham sendo assim capaz de projetá-lo como homem “rico” não só na Povoação, mas nas vilas e cidades adjacentes. Importante é mencionar: aquele proprietário possuía entre vacas, bois, novilhas, novilhotes, garrotes e touros, a quantia de 231 cabeças e 20 escravos; além de outras partes, uma data de terra no riacho dos currais. Estes são alguns dos exemplos do que possuía o inventariante. É possível destacar não só a importância econômica, mas também política desta Povoação que projetou vários homens de negócios, que por sua vez, contribuíram para elevar o nome da mesma. Sem dúvida, o período estudado é caracterizado pelo predomínio do Brasil rural, em detrimento do Brasil urbano. Entretanto essa ruralização criou uma sociedade específica ligada a atividade pecuária

e agrícola; a primeira voltada para a comercialização e a segunda especificamente destinada ao consumo interno. Essas atividades exerceram papel predominante na expansão dos bens do inventariante de forma a torná-lo um dos mais “ricos” da região; mesmo com esse predomínio há registro de prédios, armazéns e casas na freguesia pertencentes a esta próspera classe de latifundiários.

Se faz necessário ainda mencionar que parte dos bens do inventariante estavam localizados não apenas na área territorial da Povoação; dessa forma é preciso recorrer a parte do inventário que subsidie esta narrativa: *“três partes de terras na serra de gravatá comprada por 25\$000 (vinte e cinco mil réis) e avaliada na quantia de 100\$000 (cem mil réis) Uma parte de terra na data de Poço Dantas de valor de 40\$000 (quarenta mil réis) comprada por 20\$000 (vinte mil réis) e avaliada na quantia de 50\$000 (cinquenta mil réis)”* (Inventário de Joaquim Ferreira da Silva, 1863). Vê-se claramente que nesta Povoação os limites econômicos excediam os limites territoriais, não importando em que região seria investido o dinheiro: expandir a área de negócios e ampliar os bens era o que mais interessava. Era clara já neste período, a visão que muitos tinham sobre investimentos: ser “ricos” traria muitos benefícios. Foi este um dos motivos que levou fazendeiros a ampliarem seus negócios.

Sem dúvida, a propriedade da terra foi a responsável pelo maior investimento dos latifundiários. Em outros ramos de atividade como a pecuária, o interesse do proprietário era manter e ampliar a criação de gado dentro dos seus domínios levando pecuaristas ao renome. Um mercado consumidor garantido, assegurou o investimento, o que levou proprietários de terra a contratarem pessoas: os vaqueiros que viriam a ser os responsáveis pela manutenção do gado na região; não se exclui daí o próprio dono que levantou casarões, onde em determinada época moraria com sua família na casa-grande, símbolo de poder, onde predominou a pecuária: era uma forma de acompanhar o trabalho dos vaqueiros. Com o passar do tempo, as

idades foram crescendo, passando a oferecer melhores condições de vida e de lazer aos proprietários de terra e gado. Esse momento foi marcado por uma maior fixação dos donos de terra na casa-grande onde se mantinham ocupados gastando parte de seus recursos em ambiente, horas saudáveis, horas promíscuos. Enriquecidos com a criação de gado, muitos comandavam seu império da Povoação ou cidade onde moravam.

Os inventários comprovam que a Povoação somava, aos seus quadros, proprietários que gozavam de grande prestígio econômico, só comparado na época, aos de outros centros maiores como Cajazeiras, Sousa e Pombal. Os investimentos, segundo consta, eram aplicados mais em terras, gado e casas, independentemente de onde se localizavam, se no sítio ou na Povoação de São José de Piranhas. A ampliação de investimentos confirmam que os negócios envolvendo tais bens, a cada dia davam mais lucros. Investia-se muito em casas na Povoação, o que comprova o compromisso dos proprietários com a expansão de seus bens. As casas próximas uma das outras dão origem à Povoação que posteriormente foi elevada à condição de vila (1885). Sem dúvida, a vila seria o lugar adequado para a realização de troca, compra e venda de terras e bois. Do aglomerado de moradores surgiram as feiras, onde tudo se comprava e se vendia.

Sem dúvida, a econômica exerceu papel importante na expansão da Povoação, a ponto de atrair investidores de regiões próximas. Tanto a criação de gado como a produção agrícola possuíam mercado garantido, visto que pessoas se deslocavam até à Povoação com um objetivo claro de expor seus produtos, na certeza de que encontrariam um comprador. A troca de mercadorias permitiu crescimento econômico e populacional da Povoação. Este é sem dúvida um momento de projeção de pessoas, e da localidade que ganhou um crescimento expressivo. Essa próspera Povoação de grandes proprietários e negociantes apresentavam, em seus meandros,

curiosidades, desencontros e desigualdades. Nesse espaço famílias de posse se projetaram e criaram um ambiente favorável aos seus interesses econômicos e sociais. Ali o patriarcalismo, sociedade de homens poderosos, mantinha concubinas paralelamente ao casamento, herança européia, adaptada ao Brasil, estendida à Povoação de São José. Destinos foram traçados a partir de interesses econômicos; vidas se esfacelaram em detrimento da manutenção de um pseudomatrímônio. Nesse espaço predominou a lei do mais forte sobre o mais fraco, onde quem mandava era quem tinha prestígio econômico. Na trama de interesses, os números aparecem com um poder nunca visto antes: só eles determinarão os limites e excessos de cada proprietário.

O interesse pela terra se acentuou após 1850, momento em que esse bem pertencia a quem dispunha de dinheiro para adquiri-la. Evidentemente esse interesse é claramente demonstrado em pesquisas realizadas nos inventários de pequenas e grandes famílias da antiga Povoação de São José de Piranhas. Os proprietários investiam lucros obtidos com a terra que representava o poder econômico que disputavam com outros o prestígio de homens de posses na Povoação que sem dúvida eram reconhecidos desde as grandes autoridades até as pessoas de poucas posses. A tabela I, abaixo, comprova que a terra representava o interesse imediato de muitos camponeses que pretendiam disputar um espaço considerado o mais concorrido dentre aqueles da nascente Povoação. A prova deste empenho se encontra presente em todos os inventários. Nos inventários são encontrados fundamentos comprobatórios que mesmo o escravo custando muito caro nem todos o possuíam, diferentemente da terra que, mesmo pequena, encontra-se presente em todos os documentos pesquisados.

TABELA I – Valores de todos os bens dos Inventariantes

Ano	Inventariante	Semoventes	Escravos	Reais	T. Geral
1855	Manuel João de Miranda	1:474\$000	680\$000	95\$000	2:249\$000
1858	Antonio Batista de Lima	1:839\$614	---	1:957\$614	3:797\$228
1858	Ana Martins de Oliveira	637\$000		69\$000	706\$000
1861	Manoel Martins de Oliveira	450\$000	---	60\$000	510\$000
1862	Maria Isabel da Anunciação	562\$600	767\$750	820\$000	2:150\$350
1863	Joaquim Ferreira da Silva	5:134\$000	9:980\$000	12:450\$000	27:564\$000
1865	João de Sousa Ferraz	-----	-----	650\$000	650\$000
1869	Sebastiana Bezerra da Silva	-----	-----	150\$000	150\$000
1970	Maria Pereira de Jesús	591\$000		200\$000	791\$000
1970	Ana Joaquina de Oliveira Campos	2:019\$000	3:600\$000	2:932\$000	8:551\$000
TOTAL		12:707\$214	15:027\$750	19:383\$614	47:118\$578

FONTE: Pesquisa realizada entre os anos de 1855 a 1870 nos Cartórios de 1º e 2º Ofícios, na cidade de São José de Piranhas-Paraíba.

Ainda com base nos inventários é possível confirmar a importância que desempenhou o gado, não só no povoamento do sertão do Norte, especificamente da Povoação de São José, mas como atividade econômica de peso dentre os bens arrolados pelos inventariantes. A partir dos documentos foi possível comprovar o preço de cada rés. Consta-se uma variação de preços muito pequena de uma para outra. Vacas paridas e as juntas de bois ocupam os melhores preços de mercado. Essa variação de preços passou a depender das condições da terra e do fato de cada proprietário ter ampliado as áreas do plantio de capim, responsáveis pelo desenvolvimento do rebanho e suas condições para venda, troca e abate no mercado. O fator primordial, neste caso, foi o tamanho da propriedade de cada um envolvido nos negócios do gado. Evidente é que cada proprietário cresceu economicamente à medida que foi capaz de ampliar sua criação de gado, tornando-o mais potentes criador de gado

da Povoação; a prova da aceitação destes criadores está na grande quantidade de reses possuída por cada um. Mas nem todos os inventários pesquisados apresentam o gado como atividade básica, do que se pode deduzir que o tamanho da terra foi um fator decisivo no crescimento daqueles que viam a terra e o gado como meios de enriquecimento. Assim quem possuía terra e gado apresentava melhores condições econômicas, em detrimento daqueles que só tinham a terra. Uma outra hipótese comprova que pequenos agricultores ao adquirir a terra por compra foram ficando descapitalizado para investir na aquisição do gado. Sem dúvida, a terra e o gado desempenharam papel fundamental no crescimento econômico da Povoação e de parte de seus moradores que desempenharam papel de destaque em nível nacional e regional à medida que se destacam como grandes agropecuarista que foram para sua época. A Tabela I, procura, de forma nítida, mostrar ao pesquisador o custo de cada réis no mercado local, é evidente que nos mostra com certa clareza o quanto cada proprietário possuía em contos de réis em gado vivo no seu cercado e o quanto cada um ainda poderia conseguir mediante o preço oscilante do mesmo no mercado.

TABELA II - Semoventes - preço unitário

Ano	Inventariante	Garrotes	Novilhotes	Novilhas	Vacas*	Vacas**	Bois***	Bois****	Garrotas
1885	Manuel João de Miranda	6\$000	8\$000	8\$000	16\$000		40\$000	12\$000	
1858	Antonio Batista de Lima		-	-	-	-	-		
1858	Ana Martins de Oliveira			30\$000	35\$000	29\$000			
1861	Manoel Martins de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	
1862	Maria Isabel da Anunciação	6\$000	10\$000	16\$000	20\$000	17\$000		40\$000	
1863	Joaquim Ferreira da Silva	6\$000	10\$000	10\$000	20\$000	17\$000		16\$000	6\$000
1865	João de Sousa Ferráz	-	-	-	-	-	-	-	-
1869	Sebastião Bezerra da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-
1870	Maria Pereira de Jesus		15\$000		30\$000	25\$000			
1870	Ana Joaquina de Oliveira	10\$000	10\$000		20\$000	16\$000			

FONTE: Pesquisa realizada entre os anos de 1855 a 1870 nos Cartórios de 1º e 2º Ofícios, na cidade de São José de Piranhas - Paraíba.

* Vacas paridas.

** Vacas solteiras.

*** Uma junta de Bois.

**** Bois simples

***** Não consta desta tabela, as cabras e os cavalos.

O gado, bem adaptado às condições climáticas do sertão, não chega à super valorização do escravo no mercado. Este último, com a crise na cultura canavieira,

vendido em grande quantidade para as províncias do sul, dessa forma os poucos que restaram foram utilizados na atividade agrícola. A escassez do escravo é fator decisivo para os elevados preços dessa mão-de-obra tão valioso. Segundo tabela II, dos dez inventários pesquisados cinco (5) apresentam escravos; destes, um (1) tem 20 escravos o que representa o poderio econômico de Joaquim Ferreira da Silva, diante dos demais homens que constituíram riquezas na Povoação de São José de Piranhas. No geral, a maioria dos escravos tem idade de 1 a 20 anos. Esse crescimento interno é representado pela escassez dessa massa de escravos jovens, em detrimento dos mais idosos. Fica claro que essas fazendas incentivam à reprodução como forma de valorização do que representava em termos quantitativos o peso econômico da fazenda. O alto preço da mão-de-obra escrava no mercado fica evidente, quando é encontrado um escrava com dois donos, o que evidentemente não ocorreu com a terra, nem com o gado.

TABELA III - Semoventes – Escravos - Idade

Ano	Inventariante	Escravos de 1 a 20	Valor	Escravos de 20 a 35	Valor	Escravos de 35 a 65	Valor
1885	Manuel João de Miranda	1	120\$000	1	500\$000	-	-
1858	Antonio Batista de Lima	1	209\$000	1	800\$000		
1858	Ana Martins de Oliveira*	-	-	-	-	-	-
1861	Manoel Martins de Oliveira**	-	-	-	-	-	-
1862	Maria Isabel da Anunciação	1	267\$750			1	500\$000
1863	Joaquim Ferreira da Silva	12	5:580\$000	7	3:350\$000	1	100\$000
1865	João de Sousa Ferraz*						
1869	Sebastião Bezerra da Silva*						
1870	Maria Pereira de Jesus**						
1870	Ana Joaquina de Oliveira	1	700\$000	2	1:700\$000	2	1:200\$000

FONTE: Pesquisa realizada entre os anos de 1855 a 1870 nos Cartórios de 1º e 2º Ofícios, na cidade de São José de Piranhas - Paraíba.

* Sem escravos.

** Com escravos mais sem idade no inventário.

Também fica evidente que quem possuía escravos, poderia através deles adquirir terras, gado e casas, tudo isto mediante o valor de cada peça no mercado. O negro representava a moeda com a qual o fazendeiro poderia pagar dívidas, vender, comprar gado ou terras, pois seu valor ultrapassava os bens citados. Ter escravos também significava exibir *status*, o que sem dúvida foi almejado durante anos por muitos. Na maioria das vezes, poucos fazendeiros conseguiram comprá-los em leilões mediante os elevados custos. Ter escravos era um privilégio de poucos., pois não só precisaria ter a terra para ter escravos, visto que existiram inventariantes que a possuíam sem escravo e sem gado, o que vem a comprovar sua situação econômica em detrimento dos que possuíam um grande número de bens, que além das terras os utilizava para ampliar suas posses e se tornar o fazendeiro mais respeitado da região.

CAPÍTULO IV

4. A TERRA NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DA POVOAÇÃO

No presente capítulo buscaremos desenvolver a seguinte problemática: até que ponto na Povoação de São José de Piranhas, considerada a temporalidade a terra se apresentava como elemento definidor da Constituição de Riqueza? A terra, durante séculos, constituiu privilégio de alguns apadrinhados de governadores - gerais que a reivindicavam através de cartas de doação. Essas áreas eram chamadas de sesmarias. Sendo muitas e distantes, algumas tiveram sua exploração econômica prejudicada por falta de uma ação direta de seus donos. Dentre os privilegiados está Garcia D'Ávila, um dos sesmeiros mais ricos a habitar o Norte. Suas posses atingiam diversas províncias do Norte Agrário. Nesse processo de exploração cabe destacar o papel que desempenhou Antonio de Oliveira Ledo, no final do século XVII na ocupação das fronteiras de Piranhas e Piancó. Conforme Horácio de Almeida "*Antonio de Oliveira Ledo permaneceu no posto de capitão das fronteiras de Piranhas e Piancó por cerca de dez anos*" (1997:24). Cabe destacar que essa exploração se estende sertão adentro até onde Francisco Xavier de Miranda comprou uma fazenda de gado, em 1761, no sítio São José que dá prosseguimento à ocupação e povoamento do que mais tarde viria a se tornar a sede da antiga cidade de São José de Piranhas - Província da Paraíba do Norte. O crescimento desta Povoação ocorre a partir do momento em que fazendeiros vindos do Piancó, pelo Leste procuraram explorar a região a partir da aplicação de parte de seus capitais na compra de terra e gado, o que contribuiu para o

desenvolvimento deste espaço que conseguiu se ampliar a partir de investimentos realizados por aqueles que viam na região um espaço, alvo de seus interesses econômicos, posteriormente vindo a ser ampliado com a passagem de povoação, distrito e depois para vila em 1885.

Vê-se que do século XVIII até meados do XIX o Brasil é marcado por grandes concessões de terra a pessoas de confiança das autoridades reais. A partir de 1850 a Lei de Terra possibilita a todos aqueles que dispunham de dinheiro adquiri-las em qualquer parte do Brasil. No caso específico em estudo, a Povoação de São José de Piranhas, sabe-se que através dos inventários pesquisados de 1850 a 1870 a maioria das terras foram “compradas” ou, “conseguidas por herança”. Os dados nos levam a entender o período em estudo marcado por uma maior diversificação de poderes entre os ocupantes desta área, ficando comprovado, terra adquiria todo aquele que dispusesse de condições para comprá-la. À medida que as leis do Império se tornaram mais severas com relação ao tráfico de escravos, diminuiu de forma sistemática a entrada do mesmo na povoação e a conseqüente crise do norte açucareiro que provoca a queda dos preços dos gêneros de exportação, tornando mais difícil a aquisição dessa mão-de-obra no trabalho agrícola e na pecuária. A escassez do escravo por sua vez provocou, a abertura de “novos” empreendimentos; neste caso a terra, que surgia como um dos melhores investimentos na Povoação o que vem a comprovar o inventário de Joaquim Ferreira da Silva – 1863, quando afirma que. *“Uma data de terra não demarcada no riacho dos currais avaliada pelo avaliador Trajano de Paula Gomes dos Santos, na quantia de 6:000\$000 (seis contos de réis), avaliada pelo avaliador João Ferreira Rocha no valor de 4:000\$000 (quatro contos de réis)”*. O valor da terra variava muito, de um para outro. Conforme consta no inventário de Maria Izabel da Anunciação - 1862, *“Uma parte de terra na data do Bomfim ribeira de piranhas de cima no valor de 15\$000(quinze mil réis), comprada por 75\$000 (setenta e cinco mil réis) e avaliada na*

quantia de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis)". Esse valor variava no mercado de acordo com a extensão do terreno, as condições de acesso, a existência d'água e casa de morada para seu dono ou para aqueles que cuidariam do rebanho bovino. Também é importante citar a qualidade quanto ao desempenho de culturas de subsistência, explorada paralelamente a criação de gado que abasteceria principalmente o mercado litorâneo.

Dessa forma, a terra conquistava paulatinamente um significativo espaço, para muitos que pretendiam investir na Povoação de São José de Piranhas - Província da Paraíba do Norte. Sem terra seria impossível, concretizar o principal objetivo: Tornar-se um dos grandes fazendeiros da região, possível apenas através da aquisição de grandes áreas para gado. Em épocas variadas do ano compradores compareciam a Povoação, interessados em adquirir as reses que se prestavam ao abate. O dinheiro da venda do gado era reinvestido não só na compra de mais reses, mas na ampliação da área de criação. São os inventários que nos fornecem dados capazes de acompanhar a variação de preços e da procura tanto de terra como de gado. Por exemplo. "*Uma parte de terra no valor de 40\$000 (quarenta mil réis) na data de São José, havida por herança, avaliada na quantia de 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis). Vinte garrotes avaliados cada um na quantia de 6\$000 (seis mil réis), no valor de 120\$000 (cento e vinte mil réis) (Inventário, Joaquim Ferreira da Silva – 1863)*"⁶. O preço de custo da terra e sua variação no mercado foi fator decisivo para os homens de posse da Povoação. Visto que o binômio terra/gado foi elemento indispensável na Constituição de Riquezas dos homens dessa Povoação; impossível dissociá-los uma vez que o gado

⁶ Os investimentos aplicados a terra e ao gado, mostram a importância que ambos desempenharam no desenvolvimento econômico da Povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte. Dessa forma, os valores apresentados sobre estas fontes comprovam a facilidade de se montar uma fazenda de criação de gado, o que não foi tão fácil em relação as fazendas que tiveram que investir grande quantidade de seu capital em escravos, pois os mesmos custavam cada vez mais na Povoação, principalmente em virtude do tráfico interprovincial. Segundo Celso Furtado. "[...] um boi valia cerca da quinta parte do valor de um escravo e que sua vida de trabalho era de apenas três anos[...]" (1997,44).

dependia de terra que lhes fornecia o capim e a água, elementos necessários ao crescimento e engorda do rebanho. Dessa forma a terra e o gado eram almeçados por todos aqueles que pretendiam conquistar um espaço que a cada dia tornava-se mais difícil em virtude do que se tornou a terra como fonte de obtenção de riqueza. Esses meios que enriqueciam e tornaram poderosos muitos fazendeiros foi importante à medida que os levou a ampliar seus investimentos no sentido de tornarem-se um dos homens mais poderosos e reconhecidos por todos que habitavam a Povoação e áreas circunvizinhas, também contribuindo para o agraciamento de patentes que recebiam pela posição sócio-econômica desempenhada no crescimento não só da Povoação, mas da Província da Paraíba do Norte.

Todo aquele que aspirava um espaço privilegiado deveria começar pela aquisição de uma área de terra, que em princípio garantisse o fornecimento de cultura de subsistência para alimentar a quem residiam na fazenda. Por outro fica claro que nem todos pretendiam se limitar a esse tipo de cultura, visto que com o deslocamento do gado do litoral para o sertão, muitos foram os fazendeiros que procuraram se tornar grandes criadores, o que conseqüentemente exigiria maior investimento na compra de terra a todos aqueles que pretendiam ampliar seu rebanho que passaria a atender seus compradores que os levaria para abastecer os grandes centros litorâneos. Esse comércio foi capaz de projetar economicamente alguns homens nessa Povoação. O que é comprovado através dos inventários pesquisados quando vinculam a terra ao gado explicitando seus valores, os quais são essenciais na Constituição de Riquezas dos homens de posse que foram responsáveis pelo crescimento econômico dessa Povoação. Cabe destacar, esse crescimento deveu-se ao papel que a terra exerceu no seu desenvolvimento econômico visto que sem a mesma seria impossível a criação e expansão do rebanho que vendido para outros centros levou seus donos a aplicarem parte de seus lucros em mais terras até fora de seus domínios econômicos.

No entanto gostaríamos de fazer menção a outro aspecto. É que as terras ocupadas por fazendas foram as mesmas tomas dos índios na ambição de expandir seus interesses econômicos, os fazendeiros despovoaram essas áreas sertanejas de seus primeiros habitantes, recrutam sua mão-de-obra a força, estabelecendo assim as novas unidades produtoras – as fazendas de gado – que foram desenvolvidas pelos exploradores da região que cederam. Dessa forma, a área que correspondia a Povoação foi adquirida por Francisco Xavier de Miranda em 1761, para a criação de gado, que deu continuidade aos interesses expansionistas em ampliar seu poderio econômico. A exploração da terra via criação de gado, foi desenvolvida por homens que foram capazes de enfrentar as tribos indígenas com o objetivo de ampliar seus currais por todo sertão. Esse processo substituiu grande parte das matas aqui existentes por capim natural, importante na alimentação e no crescimento e engorda do gado que seria comercializado.

Fica evidente a *ocupação, exploração e valorização da terra via criação de gado* elementos que leva a entender a formação econômica e social desta Povoação, bem como as enormes vantagens de sua utilização por parte dos grandes proprietários em detrimento dos pequenos. Esse processo foi capaz de provocar enormes diferenças entre os criadores da região; o poderio de cada um era avaliado de acordo com sua quantidade de terra e gado, ficando fora dessa disputa os que nada dispunham, sendo os grandes e pequenos proprietários responsáveis pelo seu desenvolvimento econômico da Povoação. A partir desse processo desigual de ocupação é possível analisar a relação entre os demais membros da sociedade, os moradores e meeiros que desprovidos da posse da terra eram obrigados a submeterem-se a todo e qualquer tipo de exploração por parte dos fazendeiros. A Povoação dispunha de um significativo número de proprietários de terra e gado; seu crescimento econômico e populacional, deslocava até esta área compradores para a aquisição de bens reais e semoventes, que contribuiu

conseqüentemente para seu desenvolvimento, levando alguns fazendeiros ampliarem seus investimentos dessa vez em casas de morada nessa que posteriormente se tornaria distrito de Cajazeiras e depois vila. A proporção que fazendeiros foram investindo parte do lucro em outros investimentos, foi decisivo para que muitos fizessem o mesmo. Esse empenho foi importante à medida que contribuiu para o crescimento dessa Povoação.

Fica cada vez mais evidente a importância econômica da terra não só como fonte geradora de culturas de subsistência que alimentava a população, mas também através do capim que servia para engordar o *gado* que *vendido para outros centros*, foi capaz de oportunizar o enriquecimento dos homens desta Povoação. À proporção que se ampliava a compra de mais terra e gado, fica evidente: esses investidores foram capazes de proporcionar o desenvolvimento econômico da região, o que conseqüentemente atraiu “novos” empreendedores interessados em aplicar parte do seu dinheiro numa das mais prósperas fontes de riquezas a terra. Sem dúvida esses investidores foram capazes de proporcionar não só seu crescimento econômico como estreitar os laços a centros prósperos com Sousa e Cajazeiras, visto que muitos destes possuíam terras noutras áreas como é o caso de João de Sousa Ferraz (Inventário de 1865) que possuía “*Uma parte de terra no lugar Caiçara, data de Cajazeiras do rio piranhas, com trinta braças avaliadas digo braças ainda em comum avaliada cada uma braça em 1600\$000 (mil e seiscentos réis) em 480\$000 (quatrocentos e oitenta mil réis)*”. O interesse dos fazendeiros na ampliação dos negócios em diversas áreas da região intensificou seu poder econômico, tornado-o um dentre muitos homens poderosos responsáveis pela ligação dos fazendeiros desta Povoação com os de outras áreas de influência econômica do Norte Agrário, sendo possível entender que essa ligação foi importante não só para a manutenção, mais para a ampliação da venda da terra e do gado. Esse espaço se apresentava como uma das melhores terras da região,

lugar de disputas na Povoação, ótimo local de morada para todos aqueles que investiram neste espaço capaz de absolver essas pessoas que promoveram seu crescimento econômico.

Sem dúvida, a terra constituiu na região, meio capaz de fornecer condições a todos que tiveram a coragem de torná-la produtiva. A Povoação acompanhada da criação de gado responsável pela valorização da Povoação, foram capazes de atrair compradores interessados em explorar esse meio: a terra que se constituía num dos investimentos mais lucrativos. Sendo assim, é possível afirmar que a ocupação e exploração desta região conta com dois elementos básicos: *a terra o gado e seus moradores* capazes de fazer crescer este patrimônio até então só ocupados pelos índios. Dessa forma somos levados a entender que esses exploradores na sede de desbravar o Norte Agrário foram responsáveis pela elevada mortandade aos verdadeiros habitantes da terra os índios.

A terra e o gado constituíram elemento básico na Povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte, à medida que atraiu investidores foram capazes de movimentar a economia desta região, na perspectiva de ampliar seus capitais proporcionou a expansão de fazendas que juntamente com o gado foram responsáveis pela valorização de seus preços, tornando-se decisivos para o surgimento da cidade. Esse crescimento foi importante na ampliação de espaços a serem explorados na perspectiva de obtenção de maiores vendas o que acarretou lucros reinvestidos nos mesmos e noutros bens. A busca incessante de “novos” espaços definiu a estrutura sócio-econômica da região. São os inventários as fontes que mostram uma possível realidade na aplicação dos recursos em terra, gado e outros bens que atribuíram posição de destaque aos fazendeiros desta região. Os valores de compra e venda de cada faixa de terra variavam de acordo com o tamanho e a fertilidade do solo capaz de fornecer ao seu dono uma maior produção; conseqüentemente atraiu

compradores com maior poder aquisitivo, em detrimento de outros obrigados a adquirir uma outra faixa de terra pouco lucrativa, que valia menos, e em muitos casos era comprada por pessoas de menos posse comprometendo a produção à medida que precisariam ampliar seus investimentos em gado e escravos, tendo este último se supervalorizado com o fim do tráfico negreiro e sua venda para outras províncias. Dentre as meios citados foi o escravo a que forneceu maior prestígio econômico ao seu senhor, podemos citar outros bens adquiridos pelos fazendeiros como: ouro, ferro, prata, sendo, portanto os inventários as fontes que nos forneceram subsídios para um melhor entendimento do valor de cada bem⁷ que em termos de preço no mercado representavam importância econômica em relação aos demais já citados.

⁷ Os inventários pesquisados constituíram fonte para um melhor entendimento de como ocorreram a distribuição de riqueza neste Povoado, fornecendo informações que nos ajuda a entender a relação econômica dos fazendeiros que ocuparam a Povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte, no que diz respeito aos bens reais e semoventes que variavam de preços de acordo com o que na terra existia, por exemplo “Uma parte de terra na Serra do Gravatá na quantia de 24\$000 (vinte e quatro mil réis), avaliada na quantia de 30\$000 (trinta mil réis)”. “Um escravo crioulo por nome Joaquim de idade de trinta e cinco anos, avaliado na quantia de 800\$000 (oitocentos mil réis) (Inventário de Antonio Batista de Lima – 1858)”. “Uma faixa de terra no sítio Poço Dantas, havida por compra a Galdino José de Sousa, na quantia de 2\$000 (dois mil réis), avaliada em 4\$000 (quatro mil réis)”. “oito vacas paridas avaliadas cada uma por 35\$000 (trinta e cinco mil réis), todas na quantia de 280\$000 (duzentos e oitenta mil réis)” (Inventário: Ana Martins de Oliveira – 1858). “Uma parte de terra no valor de 10\$000 (dez mil réis) na data do Catolé, comprada por 50\$000 (cinquenta mil réis), avaliada na quantia de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis)”. “Uma casa velha de tijolos na Povoação de São José, avaliada na quantia de 250\$000” (duzentos e cinquenta mil réis). Uma escrava cabra por nome Joana de idade de dezesseis anos, avaliada na quantia de 900\$000” (novecentos mil réis). (Inventário: Joaquim Ferreira da Silva – 1863). “Uma parte de terra na quantia de 4\$000 (quatro mil réis) em São José de Piranhas, avaliada na mesma quantia.” “Uma escrava denominada Luzia cabra de idade de vinte e cinco anos, em 500\$000” (quinhentos mil réis). “Dezenove vacas paridas a 16\$000 (dezesseis mil réis), em 304\$000” (trezentos e quatro mil réis). “Uma casa de tijolos nesta Povoação de São José, avaliada em 80\$000 (oitenta mil réis). “Um cordão quebrado com quatro oitavas, avaliado em 9\$000 (nove mil réis). “Um tacho usado no valor de 3\$000 (três mil réis). “Um par de estribos avaliado por 35\$840 (trinta e cinco mil oitocentos e quarenta mil réis) (Inventário: Manoel João de Miranda – 1855”. Mediante os valores apresentado vê-se a desigualdade de preços num mesmo objeto em inventários e épocas de diferentes pessoas. O que sem dúvida comprova a desigualdade econômica mesmo dentre os que possuíam bens.

O processo desigual pela exploração da terra e dos seus respectivos bens nos leva a seguinte conclusão: a história dessa Povoação está marcada pela forma desigual como foi povoada e explorada por seus primeiros fazendeiros, o que nos manteve numa situação de dependência, principalmente quando o gado deixa de ser o principal produto vendido em outros centros, tornando a terra e a cultura de subsistência responsável pela circulação de dinheiro na Povoação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa discussão girou em torno do seguinte tema: a terra, por sua qualidade foi capaz de atrair investidores para o sítio São José; aumentou de preço à medida que ampliou sua procura. As famílias que enriqueciam através da terra iam paulatinamente aplicando parte desse investimento em mais terra, gado e casas na área que posteriormente viria a se tornar povoado, vila e depois cidade. São elas responsáveis por outras que investiram na Povoação ampliando seu crescimento. O sucesso obtido com a exploração da terra por muitas famílias foi capaz de projetá-las social, econômica e politicamente não só dentro mais fora da Povoação, quando muitas tiveram seus “cabeças” agraciados com patentes de “Major” e “Coronel” fornecidas pelo Imperador.

Os dados dos inventários foram importantes para demonstrar que o crescimento da Povoação ocorreu alicerçada no poder do latifúndio. A extensão da terra acompanhada pela criação de gado e escravo fazia a diferença entre os fazendeiros, o que vem a comprovar os poucos títulos disputados pelas famílias da Povoação. Foram os fazendeiros os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico da Povoação que criavam e vendiam para outros centros o gado para o abate. Por outro lado não podemos negar o papel que exerceu o camponês no crescimento da Povoação, que para sustentar sua família era obrigado a trabalhar para os fazendeiros num sistema de terça, parte era investido na alimentação da família e outra era comercializada na sede da fazenda ou no Povoado onde comprava e vendia alguns produtos. Apesar da extensão territorial do sertão do norte, fica clara a divisão entre os diversos segmentos da sociedade entre “ricos” e pobres. São os inventários a comprovação dos preços de cada propriedade, reses e escravos. A terra símbolo de poder e riqueza, na Povoação, foi durante anos controlada por uma elite de

latifundiários que achava ser a terra um direito seu, esse pensamento provocou desequilíbrio entre o poderio econômico disputado na Povoação que deixou sem opção de vida as camadas mais pobres que formavam a sociedade. Dessa forma os inventários forneceram dados que nos ajudaram a entender a importância da terra, do gado e do escravo a partir da elevação dos preços, variação essa que determinava os criadores e compradores na Povoação. Por isso reescrever a história mapeando as famílias através dos valores deixados por cada uma nos inventários é procurar entender a relação de poder que ocorria entre si, na Povoado de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte, uma forma de fazer história, diferente das até então publicadas por historiadores locais.

Essa pesquisa sobre o papel que desempenhou a terra e o gado foi importante para entender o momento histórico vivido pela Povoação de São José de Piranhas – Província da Paraíba do Norte de 1850 a 1870. Os inventários nos colocou em contato com uma vasta informação sobre os habitantes da Povoação, a partir deles se “descobriu” uma farta documentação, que abrirá caminhos à “novos” pesquisadores com o intuito de responder a novas hipóteses levantadas sobre a história da Povoação.

A terra meio de enriquecimento de fazendeiros da Povoação, também foi responsável pela morte de muitos nativos, de escravos e camponeses livres que morreram lutando por sua posse. O interessante, pessoas continuam morrendo pela posse da terra tão imensa e de tão poucos donos em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500 – 1800**. Brasília: Conselho Editorial do senado federal, 1998.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. v I, 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- BANDEIRA, Moniz. **O feudo: a Casa da torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CELSO, Mariz. **Fragments de História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. revista e aumentada, 8ª Impressão, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850 – 1888**. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 1979.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso; os movimentos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. v II, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- MELO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba; Lutas e Resistências**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

PORTELA, Fernando e ANDRADE, Joaquim C. de. **Secas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835**, Tradução Laura Teixeira Mota, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.